



Município da Marinha Grande

Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 25/02/2019.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 6

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- António da Silva Ferreira Santos;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.^a Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.^a Vereadora Mêlina Monteiro Mira Domingues comunicou em 24/02/2019, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atualizadas, que estará ausente nesta reunião, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereadora será substituída pelo candidato número 7 da lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhor António da Silva Ferreira Santos, dado que os candidatos imediatamente a seguir comunicaram a sua impossibilidade.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- 1. Sr. Carlos Figueiredo Dinis** – pretende falar sobre o pedido de Certidão para registo na Conservatória do Registo Predial, feito a 02/05/2017, deliberado favoravelmente a 30/05/2018 e que até hoje não recebeu, apesar de a ter pago antecipadamente.
- 2. Sr. Paulo Miguel Morgado Mateus** – pretende obter esclarecimentos e apresentar novos elementos sobre a Rua dos Eucaliptos.
- 3. Sr. Vítor Jorge Rainho Leal** – pretende falar sobre a Rua das Roçadeiras e sobre a E.N. 242.
- 4. Sr. João Carlos Gomes de Sousa** – pretende falar sobre os Proc.ºs n.ºs 486/16 e 446/17.
- 5. Sr. Joaquim Maria Nunes** – pretende solicitar a colocação de uma lombada redutora da velocidade na Rua da Benta.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos membros do executivo

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. Aprovação da ata n.º 3, da reunião ordinária do dia 28 de janeiro de 2019
2. Proposta de publicação na primeira página do site da Câmara dos apoios concedidos e início da revisão dos regulamentos – Proposta apresentada pelos Srs. Vereadores do MpM

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOURARIA

3. Resumo de Tesouraria do dia 19 de fevereiro de 2019
4. Cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual – Adenda à declaração de recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2018, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º do mesmo diploma – Receitas Fiscais

DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNICÍPE

5. Isenção do pagamento de taxas
6. Autorização para pagamento de taxas em prestações

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

7. Aprovação de projeto de execução relativo a “Intervenções urgentes de regularização fluvial nas áreas afetadas pelos incêndios florestais ocorridos entre agosto e outubro de 2017 - Município da Marinha Grande”
8. Criação de dois espaços de estacionamento para utentes da Farmácia Central - Largo Nossa Senhora do Rosário da Marinha - Marinha Grande
9. Req.º nº 19/19, datado de 08/01/2019 - Proc.º nº 380/16, datado de 14/09/2016 - Márcio Lemos Pereira

GESTÃO URBANÍSTICA

10. Req.º nº 141/19, datado de 24/01/2019 - Proc.º nº 13/18, datado de 17/01/2018 - Luís Miguel Rodrigues Sapateiro
11. Req.º nº 2154/18, datado de 29/11/2018 - Proc.º nº 262/18, datado de 09/07/2018 - Susana Biscaia Gonçalves
12. Req.º nº 2074/18, datado de 15/11/2018 - Proc.º nº 97/18, datado de 21/03/2018 - Primebiz, Unipessoal, Lda
13. Req.º nº 2263/18, datado de 19/12/2018 - Proc.º nº 539/17, datado de 05/12/2017 - Fernando Nuno Reis Miquelis dos Santos
14. Req.º nº 203/19, datado de 01/02/2019 - Proc.º nº 278/18, datado de 13/07/2018 - Plasdan - Automação e Sistemas, Lda
15. Req.º nº 2270/18, datado de 19/12/2018 - Proc.º nº 186/17, datado de 10/05/2017 - José Nunes Francisco

16. Req.º nº 171/19, datado de 28/01/2019 - Proc.º n.º 452/18, datado de 24/01/2018 - MLRZ - Sociedade Imobiliária, Lda.
17. Req.º nº 91/19, datado de 17/01/2019 - Proc.º n.º 369/18, datado de 11/09/2018 - Realcepuzzle, Lda.
18. Req.º nº 342/19, datado de 18/02/2019 - Proc.º n.º 230/18, datado de 19/06/2018 - Tecblue - Investimentos Turísticos Lda
19. Req.º nº 13/19, datado de 07/01/2019 - Proc.º n.º 307/18, datado de 26/07/2018 - José dos Santos Diniz Farto e Lucília Pedrosa Bernardes Diniz
20. Req.º nº 309/19, datado de 11/02/2019 - Proc.º n.º 292/18, datado de 17/09/2018 - Ângelo Augusto Madeira Gaspar
21. Req.º nº 102/19, datado de 18/01/2019 - Proc.º n.º 436/18, datado de 11/10/2018 - José António Coelho Marques e Zaida Frade Henriques Marques
22. Req.º nº 2064/18, datado de 14/11/2018 - Proc.º n.º 486/18, datado de 14/11/2018 - Tânia Martel Silva Cuco e Ernesto Freitas da Cunha
23. Req.º nº 349/19, datado de 19/02/2019 - Proc.º n.º 163/2019, datado de 19/02/2019 - Rosa Maria Rodrigues Neves
24. Req.º nº 1512/18, datado de 20/08/2018 - Proc.º n.º 516/2018, datado de 20/08/2018 - Valéria Soares Santos
25. Req.º nº 329/19, datado de 13/02/2019 - Proc.º n.º 55/19, datado de 13/02/2019 - Telas e Ruelas, Lda.
26. E/11837/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.
27. E/11678/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

28. Intervenções urgentes de regularização fluvial nas áreas afetadas pelos incêndios florestais ocorridos entre agosto e outubro de 2017 - Município da Marinha Grande - Concurso público n.º 23/2018. Deliberação inicial.
29. “Requalificação da Rua da Vitória” – Concurso Público N.º 13/2018 – Aprovação do plano de trabalhos.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

INTERVENÇÃO CULTURAL

30. Proposta de eliminação de documentação
31. Proposta de programação e fixação de preços de bilhetes para espetáculos a decorrer em 2019 na Casa da Cultura Teatro Stephens
32. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural. Alóédavieira - Associação Recreativa e Cultural
33. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 - Alóédavieira - Associação Recreativa e Cultural - Organização de eventos Carnaval 2019

TURISMO

34. Aprovação da proposta de Regras de Participação, Organização e Funcionamento das Festas da Cidade da Marinha Grande para o ano de 2019

35. Sorteio para ato público de atribuição de 11 lugares para o exercício de venda ambulante no recinto das Festas da Cidade - Parque da Cerca - Concelho da Marinha Grande e aprovação do Programa de Procedimento de atribuição de 11 lugares para venda ambulante no recinto das Festas da Cidade - Ano 2019

ATIVIDADE FÍSICA

36. Cedência de instalações no Estádio Municipal da Marinha Grande - Cedências de gabinetes de apoio. Atlético Clube Marinhense

37. Cedência de instalações no Estádio Municipal da Marinha Grande - Cedências de gabinetes de apoio. Clube de Atletismo da Marinha Grande

38. Cedência de instalações no Estádio Municipal da Marinha Grande - Cedências de gabinetes de apoio. Clube de Ténis da Marinha Grande

PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO

39. Atualização bienal do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, do inquilino residente na Avenida da Liberdade, BI M 1º dto, T1, Casal de Malta.

DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO

APOIO JURÍDICO

40. Pedido de indemnização – Requerente: Maria Isabel Oliveira Morais Roldão, filha do lesado Dr. Mário Ferrão Morais Roldão – Praça Afonso Lopes Vieira, S. Pedro de Moel - Tempestade marítima “Hércules” de 06/01/2014 - Audiência prévia.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Sr. Carlos Figueiredo Dinis – referiu que reside em Viseu mas tem duas casas em Vieira de Leiria, onde fez obras há cerca de 8 anos, tem o alvará n.º 64/2015, pediu o certificado, e quando foi fazer o registo na Conservatória do Registo Predial é que verificou que era uma certidão para registo da propriedade horizontal, que já tinha.

Disse que já veio à Câmara cerca de vinte vezes para tentar obter nova certidão, cujo pedido foi feito a 02/05/2017, e até agora só recebeu o ofício com o número S/698/2018, mas a certidão ainda não.

Vem pedir à Sr.ª Presidente e aos Srs. Vereadores que intervenham para que o certificado seja passado, para assim poder fazer a legalização que pretende, porque está a vir de propósito de Viseu para tentar resolver o assunto.

2. Sr. Paulo Miguel Morgado Mateus – referiu que está aqui para falar novamente da Rua dos Eucaliptos, em representação de alguns moradores.

Desde finais de 2017 que os moradores começaram a questionar a Câmara sobre as obras. Em abril/2018 enviaram um e-mail, que leu, e desde essa altura até 25/06/2018 não obtiveram qualquer resposta. Nessa altura vieram à reunião, onde obtiveram a resposta que está no *youtube*, em parte, porque a restante informação foi dada em *off*, no intervalo.

Previo-se lançar o concurso em setembro/2018, e era uma obra apontada como prioritária e de reconversão total.

Em finais de setembro/2018 não havia qualquer notícia, e os moradores e os utilizadores voltaram a questionar.

A 27/09/2018 tiveram uma resposta, que informava que a reparação iria ser feita por várias fases. Previo-se lançar o concurso para a 1.ª fase em outubro/2018.

A 13/02/2019 veio a resposta que todos esperavam, mas veio sob a forma de uma carrinha, com 2 trabalhadores e umas pás a colocarem alcatrão nos buracos.

E por isso estão aqui hoje para saber informações, porque a necessidade está lá e a urgência também.

3. Sr. Vítor Jorge Rainho Leal – referiu que as respostas que a Sr.ª Presidente dá não satisfazem, e por isso vai abordar três assuntos.

- Rua das Roçadeiras – está péssima, porque taparam os ralos, e quando chove a água entra em casa das pessoas. É uma situação que considera vergonhosa.
- Rua das Raízes – é outra situação vergonhosa. A estrada está um nojo, com raízes, buracos, lixo, fossas ao ar livre. As águas das lavagens vêm para a rua. É inadmissível, tanto mais que há elementos da Câmara que passam lá e vêem.
- E.N. 242, junto ao Pingo Doce – onde está a resolução do problema já aqui falado? As viaturas circulam a alta velocidade e não respeitam a passadeira. Quer saber o que é que a Câmara vai fazer. Já disseram que iam falar com o Pingo Doce e com as Infraestruturas de Portugal, mas a situação mantém-se igual.

Quer que seja dada uma resolução, porque não irá ficar por aqui, quer em relação a este assunto quer em relação à Rua das Raízes.

Sobre a Rua das Roçadeiras considera que é inadmissível que alguém tenha tapado os ralos e que por esse motivo alguns moradores tenham água em casa.

4. Sr. João Carlos Gomes de Sousa – referiu que antes de abordar o assunto, queria pedir à Sr.ª Presidente duas coisas: que não o interrompesse e que não interrompa a emissão, porque deu autorização para ser filmado e ouvido.

Depois disse que tinha questões para todos.

Em relação à Sr.ª Vereadora Alexandra, referiu que há um mês conseguiu o impensável, com o seu mau gosto e falta de educação junta.

O Sr. Vereador Aurélio sabe, e tem obrigação de não pactuar com esta postura, porque há regras e é uma reunião.

A Sr.ª Presidente pode não ter capacidades para dirigir uma reunião, mas não lhe devem faltar ao respeito.

Ao Sr. Vereador Caetano pediu que chame a Dr.ª Madalena Oliveira e a Dr.ª Inês Marrazes, pessoas que têm obrigação de responder, porque fez 5 pedidos e só um foi deferido e respondido, mas a jurista esqueceu-se de isentar o processo. Isentaram as taxas mas não o processo. Os outros 4 pedidos não foram respondidos.

Deixou a seguinte questão: quantos meses são precisos para responder ao livro de reclamações?

Disse ainda que não vai construir mais nada na Marinha Grande, a menos que mude de executivo.

Nesta altura a Sr.ª Presidente informou o município que terminou o tempo destinado à sua intervenção.

5. Sr. Joaquim Maria Nunes – pretende solicitar a colocação de uma lombada redutora da velocidade na Rua da Benta.

Apesar de inscrito, o município não compareceu.

Terminadas as intervenções, e antes de dar as respostas aos munícipes, a **Sr.ª Presidente** esclareceu que tem o direito de interromper a reunião sempre que entender que a forma como a mesma está a decorrer não é a mais correta. Está no Regimento e é legal.

Seguidamente respondeu o seguinte às intervenções dos munícipes:

- Sr. Carlos Dinis – pediu-lhe desculpa pela demora na resposta. Foi saber o porquê da situação, e foi informada que o processo tem estado com uma funcionária que sistematicamente tem estado de baixa médica, mas a Chefe da Divisão já está à espera do Sr. Carlos e irá atendê-lo, para se resolver.

Depois desta resposta o munícipe foi encaminhado para os respetivos serviços.

- Sr. Paulo Mateus – o **Sr. Vereador Carlos Caetano** referiu que o Sr. Paulo leu as diversas conversas que foram tendo. Havia o compromisso para lançar o concurso em outubro/2018, o processo ficou terminado no fim desse mês, despachou-o em 02/11/2018, mas houve atrasos devido a dificuldades orçamentais. Contudo, o aviso já foi publicado no Diário da República no dia 19/02/2019, a entrega de propostas decorre até 05/03/2019, e no dia seguinte serão abertas. O atraso que se verificou foi de 02/11/2018 até 19/02/2019.

Em relação às obras, informou que vai ser arranjada toda a rua, desde a cervejaria até à Rua João Miller, o pavimento vai ser todo arrancado, retiradas as raízes e refeitas todas as infraestruturas. A data de início da obra está dependente da rapidez na entrega dos documentos por parte da empresa adjudicatária.

Os **moradores** presentes na sala começaram a manifestar-se e a **Sr.ª Presidente** voltou a pedir o cumprimento das regras de condução das reuniões.

- Rua das Roçadeiras – o **Sr. Vereador** disse que quer perceber melhor a situação relatada.
- Rua das Raízes – informou que não está prevista nas intervenções que vão ser feitas agora. Terá que ficar para uma outra intervenção, que se prevê fazer.
- EN 242 – o **Sr. Vereador** informou que em janeiro reuniu com as Infraestruturas de Portugal para tentar encontrar uma solução para esta estrada e para a rotunda do Pero Neto.

Pela primeira vez as Infraestruturas de Portugal deram abertura para se fazer, mas disseram que tinham dificuldade na elaboração dos projetos. Nesta altura a Câmara já lhes enviou o da rotunda do Pero Neto, estando agora a ser trabalhado o projeto da EN 242 e a ver quais as soluções. Espera dentro de 15 dias poder enviá-lo para as Infraestruturas de Portugal. As obras serão feitas por eles.

- Sr. João Sousa – o **Sr. Vereador** referiu que a situação exposta é um problema que se vem arrastando, e que dos 5 pedidos só 1 foi despachado, e em parte. O pedido da casa particular está consigo, porque teve dúvidas, e por isso pediu mais esclarecimentos. Reconheceu que está difícil resolver a questão das isenções, mas espera que haja bom senso de ambas as partes para se encontrar o caminho, que acredita será encontrado. Até lá continuarão a falar porque têm outros assuntos a tratar.

A **Sr.ª Presidente** referiu que no dia 25/10/2018 fez um ano que este executivo tomou posse. Têm tentado fazer o melhor possível, mas nunca se está contente, e apesar de todos os constrangimentos, os números não mentem, e o valor de obra é muito superior ao do mandato anterior nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017.

Em termos de PDM há problemas, a sua alteração é demorada, está a ser trabalhada pelo Sr. Vereador e pelos técnicos, mas foi encontrada uma figura, que é a suspensão do PDM, e ela será utilizada para resolver os problemas da Santos Barosa, Bollinghaus e o caso do Sr. João Sousa, por a Câmara reconhecer o trabalho destes empresários no concelho.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Alteração da reunião ordinária do dia 11/03/2019

Antes de entrar no período de antes da ordem do dia, a **Sr.ª Presidente** informou da necessidade de alterar o dia de realização da próxima reunião ordinária, prevista para o dia 11/03/2019, uma vez que nesse dia se comemora a elevação a cidade da Marinha Grande, Fundão, Montemor-o-Novo e Vila Real de Santo António, e este ano as comemorações das 4 cidades geminadas decorrerão no nosso concelho.

Por este motivo, e com a concordância de todos os Srs. Vereadores presentes, foi adiada a reunião para o dia 12/03/2019, às 14:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Sr.ª Presidente** deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

O Sr. Vereador Carlos Caetano prestou as seguintes informações:

- A CMMG está a estudar a colaboração com a Universidade de Coimbra e com o LNEC, para um projeto designado MOSAIC.pt, que prevê os riscos de inundações da orla costeira, porque as águas estão a subir. Selecionaram duas áreas do País, uma delas é a Marinha Grande, a outra é a Costa da Caparica, e contactaram a Câmara para cooperar com o LNEC. Hoje mesmo já começaram a fazer prospeção, e está a ser estudado o protocolo a celebrar, sem custos associados, apenas para apoio logístico.
À medida que o trabalho se for desenvolvendo irá trazendo mais informações.
- Rua Aníbal Bettencourt – na última reunião disse que traria o processo a esta reunião, mas não se conseguiu colocar na ordem do dia, apesar de estar pronto, porque foi necessário fazer algumas alterações, devido à colocação da fibra ótica pela PT.
Anunciou que tem aqui o projeto para os Srs. Vereadores analisarem, e se concordarem que se avance com ele, na próxima reunião virá a ratificação, para assim se ganhar 2 semanas. Caso contrário, virá na próxima reunião, daqui a 2 semanas.

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e referiu que é a primeira vez que vem a uma reunião da Câmara Municipal. Tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“Vou falar um pouco de um tema que me é caro, a juventude, pois trabalho diariamente com jovens e estes são o futuro do nosso país e do nosso concelho, pelo que merecem toda a atenção do mundo.

No passado dia 11 de janeiro, tive o prazer de moderar um debate, sobre o futuro da juventude no nosso concelho, promovido pela Associação Marinha em Movimento, que contou com a presença de diversos jovens, que proporcionaram um animado debate e um conjunto de ideias que eu gostaria de partilhar com todos:

- *Necessidade de promoção do empreendedorismo jovem*
- *Promoção do voluntariado e da cidadania;*
- *Necessidade de uma entidade que faça a ponte entre as empresas e os jovens (de cursos não profissionais), o conhecimento da tecnologia de ponta utilizada no nosso concelho, será um incentivo ao regresso, após estudos superiores*
- *Aposta em projetos estruturantes, que simultaneamente promovam os jovens talentos marinhenses e a imagem do concelho*
- *Necessidade de investir em parcerias empresas/escolas/universidades*
- *Promover a formação na área do empreendedorismo e oferta de empregos a tempo parcial para os jovens, de forma a abrir o seu horizonte para o mundo do trabalho.*
- *Criação de um gabinete de apoio ao jovem*
- *Participação dos jovens na construção de uma política para a juventude. É verdade que temos um Conselho Municipal da Juventude, mas por ex. um Presidente de uma Associação de Estudantes presente, não sabia que tinha assento. Segundo o regulamento deste órgão, o plenário reúne ordinariamente 4 vezes por ano, uma por cada trimestre, pergunto. Tem reunido? Quantas vezes reuniu o plenário deste órgão em 2018?*
- *Outro aspeto que foi focado, foi a necessidade da promoção da marca Marinha Grande, utilizando os marinhenses com sucesso a nível nacional, na sua promoção, segundo os jovens presentes no referido debate, quando fora do concelho muitos jovens marinhenses, em vez de dizerem que são da Marinha Grande dizem que são de Leiria. Isto foi dito por eles!*

Isto são um conjunto de ideias avulso, mas com a redução da população jovem no país, poderemos no médio/curto prazo ter as autarquias a lutar pela atração dos jovens para o seu concelho, não apenas no interior como hoje acontece, mas também no litoral. A questão final que eu deixo, para quando a definição de uma política municipal para a juventude, que torne o concelho mais atrativo para viver, crescer, trabalhar e divertir, criando condições para os jovens se fixarem, terem orgulho em viver na Marinha Grande, proporcionando uma elevada qualidade de vida e potenciando o desenvolvimento das suas capacidades?”

A Sr.^a Vereadora Célia Guerra cumprimentou todos os presentes e prestou as seguintes informações:

- *Referiu que o corta-mato nacional escolar realizado na Marinha Grande no dia 23 de fevereiro reuniu cerca de 1400 alunos e professores, e que para além da prova do Desporto Escolar, decorreram também outras provas, que foram participadas por cerca de 1000 atletas.*

A organização da fase final do Corta-Mato esteve a cargo da Direção Geral de Educação e Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, em parceria com a Câmara Municipal da Marinha Grande.

A Sr.^a Vereadora referiu ainda que queria deixar um agradecimento público pelo apoio prestado pela Associação de Atletismo de Leiria, Agrupamentos de Escolas do concelho, Instituto Nacional de Emergência Médica, Centro Hospitalar de Leiria, Autoridade Nacional de Proteção Civil, Bombeiros Voluntários de Marinha Grande e de Vieira de Leiria, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana.

- Por último destacou os seguintes eventos:
 - ⇒ Concerto dos Iberzitos, na Casa da Cultura;
 - ⇒ Lançamento de um livro de um autor vieirense;
 - ⇒ Desfile de carnaval das escolas, na próxima sexta-feira, aqui e em Vieira de Leiria, e para o qual deixou o convite;
 - ⇒ Conferência a realizar no dia 08/03/2019, às 10:00 horas, na Resinagem, sobre o papel da Mulher. Convidou todos a estarem presentes.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa, e referiu o seguinte:

“Agradecer a presença do público, é fundamental virem aqui para atingirem os seus objetivos.

A Câmara só reage, não toma iniciativa. É reativa, basta ver todos os casos que aqui hoje foram falados.

O Sr. Carlos Dinis é de Viseu e disse que veio à Câmara 20 vezes. O Sr. Vereador Caetano foi levá-lo à técnica para encaminhar na solução do seu problema, ainda bem. Mas porque não se faz assim com todos os municípios marinhenses?

Recebemos um mail esta semana dum ginásio que está a aguardar há 580 dias. Será que podem chamar este munícipe e encaminhá-lo até à solução do problema?”

Referiu ainda sobre a Rua dos Eucaliptos – é um problema que se arrasta há muitos anos, é verdade que a obra não se faz de um dia para o outro, mas os moradores precisam de respostas. Assim como a Rua das Raízes.

São problemas que as pessoas sentem e por isso vêm à reunião, mas também o abordam, para que fale aqui das situações.

O mesmo acontece como Sr. João Sousa, que já aqui veio inúmeras vezes e que é um empreendedor na Marinha Grande.

Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

1. FELICITAÇÕES

a) *Felicitar o Desportivo Náutico da Marinha Grande, os seus dirigentes e treinadores pelo desempenho no meeting Internacional de Leiria em infantis, onde obtiveram 8 pódios. Entre os nadadores felicitar os que tiveram melhores resultados: Ariana Carapinha, Miguel Oliveira, Miguel Silva, Laura Simão.*

b) *Felicitar o Judo Clube da Marinha Grande, os seus dirigentes e treinadores, pelo desempenho no campeonato zonal de juniores, onde obtiveram 6 medalhas. Entre os judocas felicitar os que tiveram melhores resultados: Iara Neves, Joana Rocha, Marta Neto, Pedro Teles, João Martins, Simão Pereira.*

- c) *Felicitó o Clube de Atletismo, os seus dirigentes e treinadores, pelo desempenho nos campeonatos distritais de juniores. Entre os atletas felicitar os que tiveram melhores desempenhos: Maria João Esteves, Rodrigo Agostinho, Ema Paulo, Maria Inês Teixeira, David Pereira, Pedro Fernandes, Tomás Palma, Márcio Alves, Francisco Vilhena.
Felicitar ainda pelo desempenho no Campeonato Nacional de Juniores deste fim-de-semana, com a atleta Maria João Esteves a ser vice campeã nacional no triplo salto e medalha de bronze no comprimento, e o Rodrigo Agostinho medalha de prata no triplo salto e no comprimento.*
- d) *Felicitar a patinagem de velocidade do agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, os seus dirigentes e treinadores, pelo desempenho no campeonato nacional indoor de cadetes. Entre os patinadores felicitar o António Piteira e a Maria Legoinha que se sagraram campeões nacionais. A equipa feminina de cadetes feminina sagou-se campeã nacional com as atletas Maria João Legoinha, Soraia Marques e Edna Correia.*
- e) *Felicitar a atividade económica da Marinha Grande, que registou resultados extraordinários em 2018, aumentando as exportações mais de 22%. Somos o concelho mais exportador do distrito de Leiria com um volume de exportação de 726 M€, e exportamos duas vezes e meia mais do que o importamos.
Os empresários e trabalhadores marinhenses são um exemplo a nível nacional e estão de parabéns.*
- f) *Uma nota muito positiva para a organização do Corta-mato Nacional 2019, enaltecendo todas as pessoas e entidades envolvidas, desde os trabalhadores da Câmara, os professores, as funcionárias das cantinas, o pessoal não docente e os alunos dos três agrupamentos Nascente, Poente e Vieira, bem como dos bombeiros da Marinha e da Vieira, proteção civil e PSP e GNR.*

2. MUNÍCIPES

É meu dever questionar sobre problemas que os municípios que dão conhecimento. São eles a razão de eu estar aqui. Têm sido muitos os que me abordam (e cada vez mais) e por isso gostaria que me informassem, para dar lhes conhecimento.

2.1 Uma vez mais a questão sobre a passadeira no Engenho.

A Sra. Presidente e o Sr. Vereador Caetano podem continuar incomodados com as perguntas que faço, eu sou apenas a voz dos cidadãos, mas não sou só eu, são muitos marinhenses que se indignam pela vossa inoperância, mesmo quando este executivo permanente vai dizendo que estão a tratar ou que irão resolver num “curto espaço de tempo”. Por favor falem verdade aos municípios.

A pintura duma passadeira no Engenho junto ao Lar Residencial da Raquel, vem desde 2017, em Maio e dezembro do ano passado voltei a questionar. O Sr. Vereador Caetano respondeu a 17 de dezembro, informando que “a passadeira irá ser executada, num curto prazo de tempo.”

Passaram dois meses e não conseguiram pintar uma passadeira, de tal forma que a munícipe vem agora questionar “já agora, por curiosidade, curto prazo de tempo é quanto tempo?”

De que vale, continuarem a dizer que vão fazer, se os municípios não sentem que as suas necessidades são satisfeitas?

*Mais um exemplo de que “**tudo tratado, nada resolvido**”.*

3. ASSUNTOS DIVERSOS

3.1 Cine-Teatro Actor Álvaro, na Vieira

No último sábado estive na apresentação do livro “Notas de Romantismo” do Márcio Vieira, e escutámos algumas críticas às instalações do espaço, nomeadamente com quedas de tensão no sistema elétrico. Mas os problemas na sala não se ficam por aqui, senão vejamos;

- Existe uma barra de luz em frente ao palco com 10 projetores, dos quais apenas 4 funcionam. Não podem ser alinhados devido à instabilidade da barra. Existem mais 2 barras de luz, uma central e outra noutra local. Das 3 barras apenas 6 projetores funcionam de um total de 20.
O que devia ser feito? Colocar um sistema, manual ou automático, para subir e descer as barras.
- Chove no palco. Em dias de chuva a água cai no palco, não permitindo nenhuma atuação até pelo perigo de algum equipamento incendiar ou eletrocutar alguma pessoa.
- O sistema de som, sobretudo a mesa de som e o amplificador não têm condições, não apenas pelos 10 anos, mas pela utilização em todos os eventos ali realizados.
- Degradação de outro material de utilização corrente, como exemplo os microfones (de tripé e de lapela) e tripés.

Aquele espaço tem hoje muito pouca utilização, dado não haver cinema, mas continua a haver eventos, e em breve voltaremos a ter os festivais do Teatresco.

Recordo que a Câmara fez obras recentemente no Cine Teatro Actor Álvaro, mas não resolveram os problemas e questiono como é possível deixarem chegar a este ponto.

Com este alerta nem falei no Auditório António Campos na Praia da Vieira, que está completamente abandonado

É assim que pretendem atuar culturalmente no concelho, e em particular na Vieira

3.2 Reciclagem

- Segundo dados da Pordata, em 2017, a Marinha Grande apresentou um rácio de recolha seletiva de resíduos de 41Kg/habitante, quando a média nacional foi de 90,4Kg/habitante. Ainda segundo a PORDATA, a Marinha Grande faz uma recolha seletiva de apenas 8,4% dos resíduos, enquanto o país faz 22,8%.
O que pretende a autarquia fazer para se aproximar dos valores nacionais?
- Os óleos alimentares não devem ser deitados no lava-loiça ou na sanita. Gostaria de saber onde os cidadãos poderão depositá-los.
- Também os óleos industriais devem ser depositados nos oleões. Gostaria de saber se existem e a sua localização.
- Há muitos anos a Valorlis, iniciou um projeto piloto de recolha seletiva de resíduos sólidos em Picassinos, em simultâneo com um projeto piloto em Leiria. Este foi abandonado, no entanto em Picassinos continua. Quais os resultados deste projeto piloto? Se os resultados são satisfatórios porque não se estende a outros lugares?
- No site da Valorlis diz que “foi criada em 1996, pelo Decreto-Lei 116/96 para fazer a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal da Alta Estremadura (Marinha Grande, Porto de Mós, Batalha, Leiria, Ourém e Pombal)) em regime de concessão exclusiva, por um período de 25 anos.” Logo em 2021 termina esta concessão. Nesta concessão foi planeada a construção dum aterro sanitário junto a Albergaria. Por mais moderno que seja o tratamento do aterro, provoca repetidamente maus cheiros neste lugar, que a empresa diz não ser capaz de eliminar.
Como a concessão termina a 2021, é neste momento que o aterro sanitário será deslocalizado para outro concelho?

- Apresento um **requerimento** para que me seja enviado o contrato assinado com a nossa autarquia, onde refere a implantação do aterro no nosso concelho e o tempo em que tal terminaria.
Compreendemos que o aterro sanitário tenha de existir num espaço dos seis concelhos, mas é inadmissível que fique permanentemente no nosso território, prejudicando gravemente os municípios que vivem ali perto.”

A Sr.ª Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- Rua da Areia Vermelha – desde o furacão que os postes de eletricidade não têm iluminação pública.
- Apelou para que seja feita a discussão sobre a resolução da cedência da Escola dos Outeiros. Em reuniões passadas falou-se dos Escuteiros, que precisam, mas isso não significa que não haja outras instituições interessadas e que têm as mesmas necessidades. O que importa é que seja atribuído o espaço a quem dele mais precisa.
- Deu as boas-vindas ao Vereador António Santos e disse que partilha de algumas das ideias que elencou, mas não lhe parece que as políticas para a juventude sejam à parte de outras infraestruturas do concelho, que não existem e que fazem com que os jovens se afastem (falta de mercado, piscina, acesso à Casa da Cultura, com espetáculos, falta de creche social). Os jovens assim não se revêem neste concelho e fazem a sua vida de lazer e compras nos concelhos vizinhos.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- Fez suas as palavras do Sr. Vereador Aurélio relativamente às felicitações.
- Sobre os municípios:
 - espera que o Sr. Carlos tenha o seu problema resolvido e percebe o motivo da demora.
 - Rua dos Eucaliptos – parece-lhe que é desta que têm boas notícias.
 - Rua das Roçadeiras e Rua das Raízes – é um problema transversal a muitas ruas do concelho. Tem que haver um levantamento global das necessidades do concelho e ir intervindo.
 - Sr. João Sousa – é lamentável que a Rua Pedro Viana não possa ser aberta e o problema resolvido.
Sobre a sua atuação disse que não entende que tenha sido mal criada, mas às vezes é preciso dar um murro na mesa e falar mais alto.
- Seguidamente colocou as seguintes questões:
 - Em 27/11/2018 o processo do monumento da Vieira estava no gabinete. Como está?
 - Qual o ponto de situação dos desfibrilhadores?
 - Escola dos Outeiros: qual o ponto de situação? Entende que se deve atribuir primeiro e depois fazer as obras em função da entidade que para lá for.
 - Pergunta ao Sr. Vereador Caetano: os cães das matas já andam outra vez na zona urbana de S. Pedro. Medidas?
 - Aguarda o envio do documento sobre o Jornal de Leiria, que pediu em anterior reunião.
 - Cinema: quando voltamos a ter? Porque se deixou cair sem se fazer nada? Não se sabia, ou se se sabia, porque não se tomaram medidas?

- Deu as boas-vindas ao Vereador António Santos, gostou da sua intervenção, e quer dizer-lhe que primeiro há que fazer um trabalho prévio, porque não há política para a juventude como também não há noutras áreas.

Terminadas as intervenções, o Sr. Vereador Carlos Caetano respondeu o seguinte às questões colocadas relativas às suas áreas de atuação:

- Referiu que a situação do ginásio é diferente da que foi hoje exposta pelo Sr. Carlos Dinis.
- Passadeira – foi falado com a Sr.^a, vai ser feita noutro local, junto à Rua Ana Marques, com rebaixamento de passeio, porque se chegou à conclusão que aí teria melhores condições para os idosos.
- Cinema da Vieira – está identificada a situação, o edifício precisa de uma intervenção rápida e a Sr.^a Vereadora Célia tem estado a fazer o levantamento das necessidades. Tem que se saber qual a utilização do espaço (teatro ou cinema), para se fazer a substituição do equipamento.
- Reciclagem/oleões – não temos aqui uma rede da Valorlis, mas vão pôr um novo modelo de contentores, agora são 3 e vão passar a ser 5, e pensa que um deles terá um depósito para óleos. O primeiro lugar para colocação destas novas ilhas é o centro da Marinha. Já estão na Valorlis desde o final do ano, mas como são diferentes dos anteriores as viaturas também tiveram que ser diferentes. Já foram compradas, mas agora não há motoristas, e é só isso que está a atrasar a colocação.
- Em resposta ao requerimento apresentado pelo Sr. Vereador Aurélio, o **Sr. Vereador** informou que lhe vai fazer chegar o contrato referente à instalação do aterro.
- Mau cheiro – o **Sr. Vereador** referiu que de vez em quando acontecem os cheiros, mas não tão intensos como em dezembro passado, e a Valorlis aponta alguns fatores para a sua origem. A previsão deles é que o aterro tenha mais 7 anos de vida.
O **Sr. Vereador Aurélio** referiu que no *site* diz que o contrato é de 1996 e a concessão é de 25 anos, é até 2021. Porquê mais 7 anos?
- Rua da Areia Vermelha – o **Sr. Vereador** informou que vai colocar a questão à EDP.
- Cães na mata – até há pouco tempo não se viam. Apareceram agora, e como o procedimento tinha ficado em *stand-by* agora tem que se ativar o processo.
- Documentação do Jornal de Leiria – pensa que foi tudo enviado, contudo vai ver o que está em falta.

A Sr.^a Vereadora Célia Guerra respondeu o seguinte às questões colocadas relativas às suas áreas de atuação:

- Empreendedorismo Jovem – o ano passado houve um concurso e este ano também vai haver.
- Conselho Municipal da Juventude – o ano passado teve uma reunião, convocaram uma reunião em março/2018, voltaram a reunir e não conseguiram eleger a Comissão Permanente, o que só foi conseguido em maio/2018. Os representantes dos estudantes foram convocados, só que daí a 2 meses saíram do concelho, porque eram alunos do 12.º ano.
Ficaram de apresentar a proposta do Regimento mas ainda não apresentaram.

- Escola dos Outeiros – reuniu com as 3 instituições a semana passada. A Casa Águia pediu em 2010 e 2011, a CRPI pediu em 2017, e os Escuteiros pediram a escola em junho/2018, porque até aí tinham pedido uma casa das matas. A Câmara tentou esta casa, para ceder aos Escuteiros.
São 3 instituições relevantes para a Vieira, mas não se chegou a um entendimento. Há 2 instituições que estão dispostas a partilhar o espaço, mas uma outra pretende todo o espaço.
A Sr.^a Vereadora disse ainda que tem aqui o processo, que os Srs. Vereadores poderão consultar e pronunciar-se, mas pretende trazê-lo à próxima reunião de Câmara.
- Cinema da Vieira – é verdade que necessita de reparações.
- Monumento da Vieira – os 3 membros do executivo permanente reuniram com a Comissão, que ficou de enviar o orçamento para a Câmara e ainda não o fizeram.
- Desfibriladores – foi colocada verba em orçamento, era para 5 aparelhos, destinados aos pavilhões e piscinas, mas agora vai reunir para se adquirir um pacote maior.
- Cinema da Marinha – sabia que o contrato ia terminar, mas neste não havia cláusula para a renovação. A sua exploração também não estava a agradar e por isso agora vai ser lançado um novo concurso.
- Terminou referindo que pensa ter respondido a tudo.
O **Sr. Vereador António Santos** disse que falta responder à questão sobre a política para a juventude.
A **Sr.^a Vereadora Célia Guerra** acrescentou a informação de que o Conselho Municipal da Juventude reuniu 4 vezes em 2018.

A **Sr.^a Presidente** informou o Sr. Vereador António Santos de que nem sempre se dão todas as respostas na reunião de Câmara.

Seguidamente disse que quase todas as questões foram respondidas pelos respetivos Vereadores, no entanto quer referir o seguinte:

- Também fica preocupada quando as pessoas não se sentem bem na Marinha Grande, mas quer realçar que a Marinha Grande é a cidade do País que organiza o mais antigo corta-mato escolar.
- Faltam algumas infraestruturas, mas por outro lado também temos o Parque da Cerca, os equipamentos desportivos aí instalados, os pavilhões, a piscina municipal. A propósito, informou que tem consigo o projeto da piscina, e que no intervalo os Srs. Vereadores poderão apreciá-lo.
- A Marinha Grande tem o melhor parque tecnológico do País, com o CDRSP, a Incubadora de Empresas e o CENFIM. É preciso reconhecer o que de excelente temos no concelho e é preciso ser valorizado.
- Estradas – era bom que se conseguisse arranjar-las todas mas não se pode.
- Relembrou que a Câmara não é reativa, mas às vezes tem que o fazer, porque há situações que desconhecem, porque são muitos os requerimentos e que não se sabe que estão nos serviços por resolver. É claro que quando uma pessoa diz que já aqui veio tantas vezes a resposta tem que ser aquela que foi dada.
- Falta o mercado, porque se aguarda a resposta do Tesouro, para saber se se pode fazer naquele local.
- Piscina – como já referiu, gostaria de ouvir os Srs. Vereadores sobre o projeto.
- Pavilhões – aguarda a instalação dos Centros Escolares para se saber se é necessário complementar com um pavilhão.

- Creche social – houve algumas questões com o início da obra, mas tudo se está a fazer para iniciar o funcionamento. Tudo está a ser feito para resolver os problemas, pelo que a Sr.ª Presidente pediu a compreensão de todos os Srs. Vereadores, para que não venham aqui só com palavras de inoperância e de falta de reação e de planeamento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.ª Presidente** deu por terminado o período de antes da ordem do dia, interrompendo de seguida a reunião, para um breve intervalo, das 16:30 horas às 17:25 horas.

Durante este intervalo a Sr.ª Presidente convidou os Srs. Vereadores a deslocarem-se ao gabinete do Arqt.º Miguel Figueiredo para analisarem o **projeto da piscina municipal**.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. Aprovação da ata n.º 3, da reunião ordinária do dia 28 de janeiro de 2019

111 - Presente a ata n.º 3, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 28 de janeiro de 2019, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Carlos Caetano e António Santos, por não terem estado presentes na reunião.

2. Proposta de publicação na primeira página do site da Câmara dos apoios concedidos e início da revisão dos regulamentos – Proposta apresentada pelos Srs. Vereadores do MpM

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira fez a apresentação da proposta, referindo o seguinte:
“Os dois primeiros pontos estão explicados na proposta, é apenas para que se execute.

O ponto 3, tem como objetivo que a Câmara inicie o processo de revisão do regulamento existente em três novos regulamentos:

- a) o da atividade social com enquadramento do apoio a IPSS;*
- b) o segundo para a atividade cultural, recreativa e desporto;*
- c) e o terceiro à atividade desportiva federada.*

Para dar o pontapé de saída no regulamento sobre a atividade desportiva federada, e pelo conhecimento e experiência comprovados no nosso concelho ao longo do tempo, interveio o Vereador António Santos:

Antes de mais gostaria de fazer uma pequena referência à afirmação da Sra. Presidente, relativa à grande qualidade das instalações desportivas do nosso concelho, com a qual eu não concordo e chamo mesmo à atenção que seremos dos poucos concelhos do país que tem uma freguesia sem qualquer instalação desportiva coberta.

Relativamente ao desporto e atividade física, o que gostaríamos de estar a discutir neste momento, seria o Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo para o Concelho, pois entendemos que o regulamento de apoio às coletividades, deve ser um instrumento de aplicação de uma política desportiva e não um fim em si mesmo.

Porém, tendo consciência que já estamos em fevereiro e que daqui a 1, 2 meses os clubes estarão a preparar a próxima época desportiva, não podemos adiar a revisão dos regulamentos por mais um ano, nem que para isso se elabore agora um regulamento de duração limitada, até à definição de uma política desportiva.

Há coisas nos atuais regulamentos que são de certa forma incompreensíveis e que passo a referir:

- *Se queremos promover a prática desportiva nos jovens, porque não se apoiam equipas Bs nos escalões de formação?*
- *Porque apenas se apoiam os atletas com 12 ou mais anos? Não é importante promover a prática desportiva mais cedo?*
- *Há modalidades que simplesmente não são apoiadas? Não promovem a prática desportiva?*
- *O valor do apoio a um atleta de um desporto coletivo é o dobro do apoio a um de um desporto individual? Não estão ambos os clubes a promover a prática saudável do desporto?*
- *Um clube com instalações desportivas próprias tem o mesmo apoio que um que utiliza instalações municipais. É justo?*
- *Um atleta que participa na seleção nacional da sua modalidade, é apoiado pelo mesmo valor que qualquer outro. Não deveremos apoiar a qualidade?*
- *Por um jogo nacional realizado em Leiria um clube tem o mesmo apoio que num jogo realizado no Algarve, É justo? E as modalidades individuais? Não necessitam de apoio para a participação em provas?*
- *Um clube que apresenta equipas apenas em 1 ou 2 escalões, recebe o mesmo por esses escalões que o clube que tem um trabalho sequenciado, desde a base até ao topo da pirâmide, com todos os escalões. É justo?*
- *Um clube com um corpo técnico altamente qualificado, recebe o mesmo que o outro com treinadores com baixa qualificação. A qualidade do trabalho não interessa?*
- *A organização de eventos desportivos de relevo, para o concelho, não deverá ter também critérios definidos de apoio, em função da sua dimensão e impacto?*

- *Uma modalidade nova que apareça, podendo chegar a pessoas que não se revêem na oferta atual. Não merece apoio?*

As populações com necessidades especiais, não são importantes? Não deveremos também tentar promover o desporto adaptado no nosso concelho?

Relativamente ao apoio às coletividades que promovem a atividade física junto das populações idosas, não deveremos também tentar que haja uma diversificação maior das atividades de forma a abranger um maior número de pessoas?

Em resumo, e para não entrarmos em mais pormenores, pois outros aspetos poderíamos acrescentar aos referidos, temos muito a fazer para o regulamento de apoio às associações desportivas, ser um verdadeiro e justo instrumento de promoção da prática desportiva da população do concelho e já que não temos um plano estratégico para o desporto, pelo menos que tenhamos um regulamento justo.”

A **Sr.^a Vereadora Célia Guerra** referiu que se está a trabalhar no sentido de fazer um regulamento, dividido nas 3 áreas, com o apoio à atividade desportiva federada num regulamento à parte.

A **Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que aquilo que o Vereador António Santos disse não é novidade aqui na reunião, mas sintetizou as preocupações que aqui se têm colocado.

Chamou a atenção para uma nova modalidade, o futegolfe, que tem campeões nacionais. É uma ideia que se pode agarrar e trazer uma nova modalidade para a Marinha Grande.

A **Sr.^a Presidente** referiu que há alguns anos que se tenta fazer o trabalho de revisão do regulamento mas esbarra sempre com alguma coisa. Desafiou o Sr. Vereador António Santos a associar-se ao grupo de trabalho da Sr.^a Vereadora Célia, e com a sua experiência no campo desportivo dar o seu contributo.

A **Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho** protestou por a Sr.^a Presidente só convidar o MpM.

A **Sr.^a Presidente** disse que as Sr.^{as} Vereadoras da CDU também poderão indicar alguém, caso não queiram ser elas próprias.

As **Sr.^{as} Vereadoras da CDU** ficaram de indicar alguém.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que fica honrado com o convite, colaborará, mas tem muita pena que seja só para discutir o regulamento e não o plano estratégico desportivo para o concelho.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que falar-se de apoio a uma área social é muito diferente de falar de apoio à área cultural, daí que distingam 3 regulamentos, com o apoio às IPSS's com um regulamento próprio.

A **Sr.^a Presidente** propôs aprovar os pontos 1 e 2 tal como foram apresentados, e em relação ao ponto 3, como já há um trabalho feito, propôs que se olhe para ele e se se chegar à conclusão que está bem assim, fica, se se concluir que se deve dividir em 3 far-se-á como é proposto.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que este assunto não é de hoje, mas não lhe parece justo comparar o que não é comparável, como é o caso da área social.

A **Sr.ª Presidente** voltou a propor o que já tinha dito anteriormente, propondo que o grupo de trabalho traga o seu trabalho, para se ver se se faz 1 regulamento ou 3 regulamentos.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que se já está feito, então que se separem as 3 áreas e que sejam 3 regulamentos.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que deixa essa decisão para a constituição do grupo de trabalho.

A **Sr.ª Presidente** voltou a dizer que só queria votar o ponto 1 e 2 e deixar o ponto 3 para depois.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** protestou, porque aquilo que disse não era para retirar o ponto 3.

A **Sr.ª Presidente** disse que queria deixar esse ponto 3 para depois por lhe parecer mais coerente, e para que o grupo de trabalho olhe para o que está feito e em função do que ele disser far-se-á 1 regulamento ou 3 regulamentos.

Referiu ainda que esse grupo de trabalho deverá ter elementos com conhecimento das várias áreas.

Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

112 - Os Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Patrícia Jorge, apresentaram a seguinte proposta de deliberação:

A 13 de agosto de 2015 foi aprovada nesta Câmara, o “Código de Boa Conduta Administrativa do Município da Marinha Grande” que estabelece os princípios gerais de boa conduta administrativa aplicáveis nas relações do Município da Marinha Grande e seus agentes com os cidadãos. No Art.º 19º, é referido que “os órgãos e serviços públicos se pautam pela abertura e transparência” e que “os agentes públicos devem assegurar que informação os cidadãos têm direito a aceder”.

Assim, para que se cumpra este Código e para que a gestão pública se torne mais transparente, todos os cidadãos devem ter **acesso fácil** à gestão do Município, tornando desse modo uma melhor compreensão onde são gastos as verbas dos seus impostos.

Deverá ser permitido aos munícipes o acompanhamento do que tem sido feito pela autarquia, possibilitando o escrutínio e a fiscalização da gestão autárquica e, desse modo, possam avaliar o desempenho do executivo em exercício.

Pretendemos que as verbas atribuídas sejam publicitadas, de modo a que os munícipes possam saber, e julgar, onde (e a quem) o executivo permanente aplica o dinheiro, e se foram transparentes, justas e equitativas.

Para tal PROPOMOS:

1. Que sejam publicadas no site da Câmara, num **link assinalado na primeira pagina**, para ser facilmente consultado, **todos os apoios financeiros e não financeiros, bem como os apoios materiais, atribuídos a todas as entidades, sejam pontuais ou integrados num contrato programa.**
2. Para além dos contratos programas publicados, **deve existir um quadro síntese** onde se incluam TODOS os apoios atribuídos, **por instituição, e por área**, seja no âmbito do desporto federado, do “Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou outra”, ou noutro qualquer âmbito.
3. Dada a comprovada desadequação dos regulamentos e critérios existentes, que seja **de imediato iniciado a revisão destes regulamentos**, a saber:
 - Regulamento da atividade desportiva federada;
 - Regulamento da atividade cultural, recreativa e desportiva;
 - Regulamento para a atividade social.

Com esta proposta pretendemos que todos os munícipes e demais entidades, tenham acesso fácil à gestão autárquica, ajudando a construir um concelho mais transparente, imparcial e equitativo.”

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.

A Sr.ª Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:

“O associativismo e toda a atividade desenvolvida pelo terceiro setor é essencial ao bem-estar de qualquer comunidade.

Na Marinha Grande esse papel desempenhado pelas Associações, Coletividades e IPSS's assume um caráter ainda mais relevante quer pelo grande número de Entidades presentes no território, quer pela ampla diversidade e complementaridade existente na sua atuação que é transversal em relação às diferentes faixas etárias da população e às suas necessidades e expectativas.

Por isso, a Câmara Municipal da Marinha Grande sempre teve presente a necessidade de prestar o apoio logístico e financeiro às diferentes Entidades, dentro das suas disponibilidades orçamentais e respeitando sempre a legislação aplicável sobre esta matéria.

O Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Associações, Coletividades, IPSS's e outras Entidades sem fins lucrativos, ainda que com as suas limitações, concretiza a forma de atribuição desses apoios, sendo sempre a decisão final sobre qualquer pedido de atribuição de apoios financeiros do coletivo da Câmara Municipal, e não do executivo em permanência.

Considerando que é necessário simplificar alguns aspetos relacionados com o procedimento de atribuição de apoios ou benefícios e da respetiva fiscalização, garantindo o cumprimento das atribuições municipais e assegurando um apoio efetivo ao trabalho desenvolvido pelas entidades beneficiárias, sem prejuízo do cumprimento das obrigações legais por parte de todos os intervenientes, foi já dado início ao procedimento, nos termos legais, tendo em vista uma nova redação final e substituição integral do regulamento atualmente vigente.

Tendo em conta o agora decidido nesta reunião aguardaremos por parte dos Senhores Vereadores a indicação das pessoas a afectar aos diversos grupos de trabalho, como proposto, para definição dos regulamentos para as diversas áreas.

Como referido, sublinho que na abertura do procedimento foi dado cumprimento ao prazo legal para inscrição de interessados e apresentação dos seus contributos para a modificação do referido Regulamento. Nesse sentido, registamos não ter até á data presente qualquer contributo concreto. No entanto, apraz-nos a tomada de decisão que hoje aqui estabelecemos.

Entretanto, todos os apoios atribuídos são alvo de auditoria anual externa, não tendo até à presente data sido detetada qualquer irregularidade sobre qualquer processo decidido nos anos transatos. E por isso temos tratado os processos com toda a transparência. Recordamos que a Câmara Municipal da Marinha Grande tem nos últimos anos melhorado substancialmente a sua posição no Índice Nacional de Transparência Municipal (14º lugar em 2017) e num recente estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos foi considerada das mais transparentes na sua governação.

*Porque reconhecemos que há sempre melhorias que podem ser feitas, votamos favoravelmente a proposta por **considerarmos que a mesma pode introduzir novas metodologias de partilha e divulgação da informação, favorecendo o acesso à informação por parte dos Municípios.***

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOUREARIA

3. Resumo de Tesouraria do dia 19 de fevereiro de 2019

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia dezanove de fevereiro de dois mil e dezanove, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **13.336.335,65€** (treze milhões, trezentos e trinta e seis mil, trezentos e trinta e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

4. Cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual – Adenda à declaração de recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2018, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º do mesmo diploma – Receitas Fiscais

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

“Na reunião passada foram apresentados os recebimentos em atraso à Câmara a 31/12/2018 no valor de 1,8M€. Este ponto de hoje refere as dívidas fiscais à Câmara, que ascendem a 1,6M€. Ou seja, em duas reuniões seguidas tivemos conhecimento que a Câmara tem por receber 3,4M€.

Os dados do quadro evolutivo das dívidas fiscais, referem que em 2018 houve um aumento da dívida de 165.000€, sendo este aumento o mais elevado dos últimos anos, com relevância para um aumento de 100.000€ nas dívidas de IMI. Qual a razão para um aumento dos recebimentos em atraso?

Todos nós cidadãos devemos pagar os nossos impostos, qual o motivo para haver cidadãos que não pagam? Com isto estão a lesar o erário público e a discriminar quem paga. O que tem feito a Sra. Presidente para proceder ao recebimento de dívidas em atraso?"

A **Sr.ª Presidente** explicou que as orientações que deu aos serviços foram para dar por prescritas as dívidas que não podem já ser cobradas, e para todas as outras foi pedido aos serviços que fizessem o levantamento de todas as dívidas e que informassem os munícipes de que iriam para cobrança coerciva.

Para explicar o valor de 165.247,74€ a Sr.ª Presidente pediu a presença da **Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr.ª Sandra Paiva**, que respondeu o seguinte:

Relativamente ao aumento dos recebimentos em atraso de IMI referiu que não se sabe, porque é a Autoridade Tributária que cobra. Só se sabe a que imposto se refere. Pediu esclarecimentos à Autoridade Tributária sobre a Contribuição Autárquica e uma eventual duplicação de um documento, e se se quisesse também poderá pedir este esclarecimento sobre as razões do aumento da dívida de IMI, porque quem cobra e anula as dívidas são as Finanças.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que não quer saber casos concretos, quer é saber a razão deste aumento do recebimento de receitas fiscais de dívidas à Câmara, de 2017 para 2018.

A **Dr.ª Sandra Paiva** referiu que o pedido de esclarecimento que pretendia fazer à Autoridade Tributária era mais técnico, mas pode fazer um pedido mais abrangente, tal como os Srs. Vereadores estão a falar.

Referiu ainda que até ao final da semana entregará o ficheiro com a dívida que a Câmara gere, com a desagregação por tipologia, e em alguns casos por área, e a identificação por contribuinte.

Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

113 - Presente informação 02RD/2019 de 13 de fevereiro da Divisão Administrativa e Financeira, a informar que nos termos do preceituado no n.º 4 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, foi publicado pela Autoridade Tributária e Aduaneira o valor dos recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2018 referente a receitas fiscais.

Considerando que nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser apresentada à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, até 31.01.2019, declaração dos pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2018, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º do mesmo diploma.

Considerando que à data de elaboração da deliberação camarária a 22 de janeiro de 2019 a Autoridade Tributária e Aduaneira não tinha publicado o valor dos recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2018, referentes a receitas fiscais, de forma a dar cumprimento ao enunciado na legislação supra.

Considerando a divulgação efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, no final de janeiro de 2019, após a divulgação da ordem de trabalhos da reunião de câmara municipal de 28 de janeiro de 2019, foi emitida adenda à Declaração da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, conforme documento anexo.

A Câmara Municipal, após análise da documentação, delibera tomar conhecimento da adenda à declaração de recebimentos em atraso existentes à data de 31 de dezembro de 2018 e que respeita ao aditamento dos recebimentos em atraso provenientes de receitas fiscais.

Mais delibera submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea c), do n.º 2, do artigo n.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual e em cumprimento do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

5. Isenção do pagamento de taxas

114 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

A APEP - Associação de Pais e Encarregados de Educação Escola EB1 e Jardim de Infância de Pilado, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para a realização de Desfile de Carnaval no dia 01 de março de 2019.

- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.

A Sociedade Desportiva e Cultural de Trutas, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para a realização de um Baile de Carnaval no dia 02 de março de 2019.

- Licença especial de ruído para a realização de um Convívio do dia Internacional da Mulher no dia 08 de março de 2019.

O Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para a realização de Desfile de Carnaval no dia 01 de março de 2019.

- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.

A Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para a realização de um Baile de Carnaval no dia 01 de março de 2019.

- Licença especial de ruído para a realização de Karaoke no dia 08 de março de 2019.
- Licença especial de ruído para a realização de Gala de Aniversário no dia 23 de março de 2019.
- Licença especial de ruído para a realização de Convívio entre Sócios no dia 05 de abril de 2019.
- Licença especial de ruído para a realização de Batizado no dia 27 de abril de 2019.
- Licença especial de ruído para a realização de Festa Anual nos dias 08 e 09 de junho de 2019.
- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.
- Licença de recinto improvisado.
- Licença de utilização de espaço público ou privado com publicidade.

Presentes as informações nº 10/CS, 11/CS, 12/CS, 13/CS, 14/CS, 15/CS, 16/CS, 17/CS, 18/CS e 19/CS de 18 de fevereiro de 2019, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a APEP - Associação de Pais e Encarregados de Educação Escola EB1 e Jardim de Infância de Pilado, a Sociedade Desportiva e Cultural de Trutas, o Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria e a Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das autorizações para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, da licença de utilização de espaço público ou privado com publicidade e da licença de recinto improvisado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

6. Autorização para pagamento de taxas em prestações

115 - Presente os requerimentos:

- registo de entrada E/10970/2018 em que Manuel Joaquim de Jesus Luís, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de averbamento da sepultura perpétua nº 2677 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 2.000,00€, em 8 prestações mensais;
- registo de entrada E/11122/2018 em que Guilhermina da Luz Alegre e Couto, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 644 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no nº 2 do citado artigo.

Presentes as informações nºs 6/CS e 7/CS de 18 de fevereiro de 2019, onde se confirma que os pedidos estão instruídos e acompanhados dos elementos previstos no nº 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar aos requerentes identificados o pagamento da taxa de concessão das sepulturas perpétuas do Cemitério de Casal Galego, em 8 prestações mensais.

Mais delibera anular a guia de receita nº 4542/2/2018 de 02/04/2018, no valor de 2.000,00€ e a guia de receita nº 13220/2/2018 de 24/10/2018, no valor de 1.000,00€, para que sejam emitidas as guias de receita referentes às prestações.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

As Sr.ªs Vereadoras da CDU, Alexandra Dengucho e Lara Lino, proferiram a seguinte declaração de voto:

“As vereadoras do PCP, Alexandra Dengucho e Lara Lino declaram votar favoravelmente a autorização para pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua em 8 prestações mensais no entanto entendem apresentar os seguintes considerandos:

- Desde há vários anos que o PCP tem vindo a propor a revisão em baixa da Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, não concordando com os valores praticados atualmente.*
- Neste ponto em concreto, a taxa para a concessão da sepultura perpétua sofreu um aumento de cerca de 330%, passando de 300€ para 1000€, considera-se este aumento completamente abrupto e inadequado.*
- É evidente o esforço que este aumento obriga às famílias, que se confirma pelos sucessivos pedidos de pagamento em prestações.*

Esta é uma decisão de carácter social, que deve ser revista com a máxima urgência, ajustada às condições de vida da população de Marinha Grande pelo que se propõe a revisão em baixa das Taxas Municipais.”

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

7. Aprovação de projeto de execução relativo a “Intervenções urgentes de regularização fluvial nas áreas afetadas pelos incêndios florestais ocorridos entre agosto e outubro de 2017 - Município da Marinha Grande”

116 - Presente informação técnica IA36/2018 a propor a aprovação do projeto de execução relativo a “Intervenções urgentes de regularização fluvial nas áreas afetadas pelos incêndios florestais ocorridos entre agosto e outubro de 2017 - Município da Marinha Grande”, se de dá por transcrita e integra a presente deliberação.

Presente projeto de execução elaborado e disponibilizado pela Agência Portuguesa do Ambiente, IP, através da Administração da Região Hidrográfica da Região Centro, IP, elaborado na sequência de protocolo de colaboração celebrado com o Município da Marinha Grande, adiante MMG, em 19 de abril de 2018.

A Câmara apreciou e, considerando que:

- **O projeto de execução disponibilizado encontra-se elaborado nos termos definidos no art.º 43.º do CCP e art.º 7.º e art.º 19.º da Portaria n.º 701-H/08 de 29 de julho;**
- **O preço base proposto para a realização dos trabalhos identificados como necessários é de 150.656,25€ - cento e cinquenta mil seiscientos e cinquenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos - acrescido de IVA à taxa legal aplicável;**
- **De acordo com a informação remetida pela APA/ARHC o projeto de execução disponibilizado para a elaboração dos procedimentos de contratação pública, nos termos do CCP, enquadra o Parecer emitido pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, IP, adiante ICNF;**
- **É obrigação do MMG, por força do protocolo de colaboração celebrado, garantir os procedimentos de contratação pública com vista á adjudicação das intervenções previstas no projeto de execução disponibilizado, sua execução e fiscalização de obra;**

Delibera aprovar o projeto de execução relativo a “Intervenções urgentes de regularização fluvial nas áreas afetadas pelos incêndios florestais ocorridos entre agosto e outubro de 2017 - Município da Marinha Grande”, no âmbito das competências estipuladas nas alíneas e), k), m) e n) do n.º 2 do art.º 23.º, e alínea t), n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

8. Criação de dois espaços de estacionamento para utentes da Farmácia Central - Largo Nossa Senhora do Rosário da Marinha - Marinha Grande

117 - Presente pedido formulado através de e-mail datado de 05/02/2019, em que é solicitada a colocação de um sinal de estacionamento no Largo Nossa Senhora do Rosário da Marinha, para apoio aos utentes da Farmácia Central.

Presente despacho proferido em 08/02/2018 pelo Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, sobre o assunto.

Na sequência do pedido formulado através de e-mail datado de 05/02/2019, para criação de dois lugares de estacionamento destinados aos utentes da farmácia Central, sita no Largo Nossa Senhora do Rosário da Marinha, do despacho proferido em 08/02/2018 pelo Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, a Câmara Municipal delibera ao abrigo da alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

Colocar um sinal de estacionamento autorizado H1 e um painel adicional M10a - 2 lugares, apoio a utentes da Farmácia Central - período 15 minutos, conforme estabelecido nos artigos 34.º e 46.º, respetivamente, do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, para dois lugares destinados aos utentes da “Farmácia Central”, no início da gare de estacionamento sito no Largo Nossa Senhora do Rosário da Marinha - Marinha Grande, mais próximos da frente da entrada daquele estabelecimento, destinada a utentes da mesma, e gratuitos, por um período de 15 minutos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

9. Req.º nº 19/19, datado de 08/01/2019 - Proc.º n.º 380/16, datado de 14/09/2016 - Márcio Lemos Pereira

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** questionou qual o parecer da comissão de toponímia.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** respondeu que já não há comissão de toponímia, agora é pedido o parecer à Junta de Freguesia.

Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

118 - Presente processo camarário n.º 380/16, respeitante à comunicação prévia da construção de moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação, cujas respetivas taxas sido pagas em 27/01/2017, mediante a guia de receita n.º 1448/2017;

Presente pedido de concessão de autorização de utilização, formulado através do requerimento n.º 19/19, datado de 08/01/2019;

Presente informação datada de 29/01/2019, mencionado que a pretensão insere-se num arruamento sem topónimo atribuído, pelo que será necessário iniciar o procedimento para a sua atribuição;

Presente informação do Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica, datado de 19/02/2019, sobre o assunto;

Presente despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, proferido em 20/02/2018, a propor que seja atribuído o topónimo **Jorge Custódio Grácio**;

Após análise da pretensão e considerando que:

- De acordo com a alínea ss) do nº 1 do art.º33 da Lei 75/2013, de 12-09-2013, compete à câmara municipal estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia;

- A Assembleia de Freguesia de Vieira de Leiria remeteu para a Câmara Municipal duas propostas de toponímia para aquela freguesia, aprovadas por unanimidade em Assembleia de Freguesia realizada a 29 de Abril de 2015, designadamente:

- **Jorge Custódio Grácio** (Soldado morto em Angola, no dia 02 de Julho de 1975);

- **Acácio Carriça Pedrosa** (Soldado morto em combate em Moçambique, no dia 14 de Maio de 1971).

A Câmara Municipal delibera, no âmbito do disposto na ss) do nº 1 do art.º33 da Lei 75/2013, de 12-09-2013, e de acordo com a proposta do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, atribuir ao arruamento, com início na Rua das Acácias, freguesia de Vieira de Leiria, identificado na planta anexa à presente deliberação, o seguinte topónimo: Rua Jorge Custódio Grácio.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

GESTÃO URBANÍSTICA

10. Req.º nº 141/19, datado de 24/01/2019 - Proc.º n.º 13/18, datado de 17/01/2018 - Luís Miguel Rodrigues Sapateiro

119 - Presentes requerimentos n.º 92/18, n.º 1230/18 e n.º 141/19/16, registados em 2018/01/17, 2018/07/06, 2019/01/24, respetivamente, subscritos por **Luís Miguel Rodrigues Sapateiro**, com o NIF 227718747, residente na Rua da Charnequinha, n.º 32-A, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, constantes do processo camarário n.º 13/18, registado em 2018/01/17, referentes ao projeto de arquitetura do pedido de **licenciamento de obra de construção de moradia e muro**, no prédio rústico sito Rua 1º de Dezembro, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 1913 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 446.

Presentes pareceres técnicos datados de 2018/05/24, 2018/12/26 e 2019/02/12, bem como o parecer exarado pela Chefe da DOT, em 2016/08/26, no processo camarário n.º 248/16.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

1- DEFERIR, nos termos da alínea a) do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 155/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura, constante do processo camarário n.º 13/18, registado em 2018/01/17, referentes ao projeto de arquitetura do pedido de licenciamento de obra de construção de moradia e muro, no prédio rústico sito Rua 1º de Dezembro, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 1913 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 446, apresentado por Luís Miguel Rodrigues Sapateiro, com o NIF 227718747, residente na Rua da Charnequinha, n.º 32-A, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande com condicionalismo de apresentação de:

- Planta de implantação à escala de 1:200 ou superior, desenhada sobre levantamento topográfico do terreno e área envolvente numa extensão de 20m a contar dos limites do prédio, incluindo o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, (inicial e final), área de cedência ao domínio público, áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a delimitação do prédio na sua totalidade, a implantação do edifício projetado, incluindo corpos balanceados, escadas, varandas, cotados em relação às extremas, as construções existentes, maciços arbóreos, indicação dos lugares de estacionamento, sempre que estes não sejam criados no interior do edifício, indicação da localização dos contadores ou baterias de contadores e recetáculos postais, inscrição de todas as confrontações e ainda as condicionantes existentes, designadamente linhas de água e infraestruturas.

- Memória descritiva contendo quadro sinóptico atualizado, conforme conteúdo da Planta de implantação apresentada a coberto do requerimento n.º 1230/18, registado em 2018/07/06, contendo a previsão de estacionamento, conforme comunicado pelo ofício n.º 682/18, de 2018/06/11, rececionado em 201/06/19.

2- Informar o interessado que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

11. Req.º nº 2154/18, datado de 29/11/2018 - Proc.º n.º 262/18, datado de 09/072018 - Susana Biscaia Gonçalves

120 - Presentes requerimentos n.º 1239/18 e n.º 2154/18, registados em 2018/07/09 e 2018/11/29, respetivamente, subscrito por **Susana Biscaia Gonçalves**, com o NIF 175993530, residente na Rua Professor Barbosa Soeiro, n.º 7, 1.º B, Lumiar, Lisboa, referente ao projeto de arquitetura do pedido de **licenciamento de obra de construção de uma moradia e construção de muro**, constantes do processo camarário n.º 262/18, registado em 2018/07/09, a erigir no prédio misto situado no Beco das Palheiras, lugar do Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1270 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1176, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3814.

Presentes pareceres técnicos datados de 2018/10/30 e de 2019/02/06, condicional sob a componente arquitetura.

Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:

1- DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 262/18, registado em 2018/07/09, referente ao projeto de arquitetura constante do pedido de licenciamento de obra de construção de uma moradia e construção de muro, a erigir no prédio misto situado no Beco das Palheiras, lugar do Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1270 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1176, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3814, apresentado por Susana Biscaia Gonçalves, com o NIF 175993530, residente na Rua Professor Barbosa Soeiro, n.º 7, 1.º B, Lumiar, Lisboa, com os seguintes condicionalismos:

a) Completar a planta de implantação com indicação das dimensões e área do terreno, (inicial e final), área de cedência ao domínio público, áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a delimitação do prédio na sua totalidade, a implantação do edifício projetado, incluindo corpos balanceados, escadas, varandas, cotados em relação às extremas, indicação da localização dos contadores e recetáculo postal.

b) Indicar o número do processo camarário referente ao licenciamento da obra de construção dos muros de vedação laterais e posterior, representados na Planta de Implantação - Desenho n.º 02.01.

2- Aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 41,75 m2, situada ao longo da frente do prédio confinante com a Rua das Palheiras, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à “*Planta de Cedência Para o Domínio Público - Desenho n.º 01.01, de novembro de 2018*”, entregue a coberto do requerimento n.º 2184/18, registado em 2018/11/29, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

3- Informar a interessada que deve apresentar, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

12. Req.º nº 2074/18, datado de 15/11/2018 - Proc.º nº 97/18, datado de 21/03/2018 - Primebiz, Unipessoal, Lda

121 - Presente requerimento n.º 2074/18, datado de 2018/11/15, constante do processo camarário n.º 97/18, subscrito por **Primebiz, Unipessoal, Lda**, com o NIPC 505872617, com sede em avenida Victor Gallo, n.º 11, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Legalização da alteração e ampliação de moradia e muro de vedação”** existente, a incidir sobre um prédio urbano, sito na rua do Pontão, n.º 5, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20433 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 7086.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2019/02/12, referente ao projeto de arquitetura apresentado.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre el recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de **“Legalização da alteração e ampliação de moradia e muro de vedação”** existente, a incidir sobre um prédio urbano, sito na rua do Pontão, n.º 5, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20433 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 7086, com o número de processo 97/18, com data de entrada em 2018/03/21, apresentado por Primebiz, Unipessoal, Lda, com o NIPC 505872617, com sede em avenida Victor Gallo, n.º 11, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Mais delibera informar a firma requerente que, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20.º do RJUE, deverá apresentar os projetos das especialidades e outros estudos necessários à execução da obra, no prazo de seis meses a contar da data da notificação do ato da aprovação do projeto de arquitetura.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

13. Req.º nº 2263/18, datado de 19/12/2018 - Proc.º nº 539/17, datado de 05/12/2017 - Fernando Nuno Reis Miquelis dos Santos

122 - Presente processo camarário n.º 539/17, registados em 2017/12/05, referente ao **pedido de licenciamento de obras de “alteração e ampliação de uma moradia e muros de vedação existentes”** com demolição de edificação integrado no procedimento de licença, para o prédio urbano sito na Avenida Engenheiro Arala Pinto, n.º 7, lugar de Casal da Malta, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 5223, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2681, apresentado por **Fernando Nuno Reis Miquelis dos Santos**, com o NIF 185400850, com residência na Rua da Benta, n.º 30, R/C, em Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismo na reunião de Câmara Municipal de 2018/10/29.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º

555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2019/01/14, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Presente planta de cobertura em conformidade com o condicionalismo de aprovação do projeto de arquitetura.

Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obra de *“alteração e ampliação de uma moradia e muros de vedação existentes”* com demolição de edificação integrado no procedimento de licença, para o prédio urbano sito na Avenida Engenheiro Arala Pinto, n.º 7, lugar de Casal da Malta, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 5223, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2681, apresentado por Fernando Nuno Reis Miquelís dos Santos, com o NIF 185400850, com residência na Rua da Benta, n.º 30, R/C, em Marinha Grande.

- Informar o requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.

4- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, na sua redação atual. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

14. Req.º nº 203/19, datado de 01/02/2019 - Proc.º n.º 278/18, datado de 13/07/2018 - Plasdan - Automação e Sistemas, Lda

123 - Presente pedido com o registo n.º 203/19, datado de 01/02/2019, relativo a **legalização e licenciamento de ampliação de uma unidade industrial** sita na rua de Moçambique, n.º 29, Ordem, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6052, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19723, freguesia e concelho da

Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 278/18, datado de 13/07/2018, apresentado por **Plasdan - Automação e Sistemas, Lda**, com o NIF 508 299 284, com sede na rua de Moçambique, n.º 29, Ordem, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 13/08/2018; Presente processo de regularização extraordinária, com o n.º 486/15, apresentado a 23/12/2015, que obteve, em reunião de Conferência Decisória realizada a 07/11/2016, deliberação favorável condicionada; Presente informação técnica, datada de 12/02/2019, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados com o presente requerimento em condições de ser aceites; Presente informação técnica que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo relativo a legalização e licenciamento de ampliação de uma unidade industrial sita na rua de Moçambique, n.º 29, Ordem, a efetuar no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 6052, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19723, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 278/18, datado de 13/07/2018, apresentado por Plasdan - Automação e Sistemas, Lda, com o NIF 508 299 284, com sede na rua de Moçambique, n.º 29, Ordem, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**
- 4.- Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

15. Req.º nº 2270/18, datado de 19/12/2018 - Proc.º n.º 186/17, datado de 10/05/2017 - José Nunes Francisco

124 - Presente pedido com o registo n.º 2270/18, datado de 19/12/2018, relativo a alterações a executar em obra titulada pelo alvará n.º 4/18, ao abrigo do artigo 83º do

RJUE, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3808 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2208, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 186/17, com data de entrada de 10/05/2017, apresentado por **José Nunes Francisco**, com o NIF 173 612 725, residente na rua da Capela n.º 11, Casais dos Ledos, Batalha, a solicitar a sua aprovação;
Presente informação técnica, datada de 27/12/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura das alterações em condições de ser deferido;
Presente informação técnica, datada de 10/01/2019, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de ser aceites;
Presente informação técnica, datada de 11/02/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento com o registo n.º 2270/18, datado de 19/12/2018, relativo a alterações a executar em obra titulada pelo alvará n.º 4/18, ao abrigo do artigo 83º do RJUE, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3808 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2208, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 186/17, com data de entrada de 10/05/2017, apresentado por José Nunes Francisco, com o NIF 173 612 725, residente na rua da Capela n.º 11, Casais dos Ledos, Batalha.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 27.º do RJUE, deverá requerer a alteração do alvará de licença de construção n.º 4/18, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários, nomeadamente o original deste título, para que se possa proceder, nos termos do n.º 7 do mesmo articulado legal, ao respetivo aditamento.**
- 2.- Mantêm-se, na íntegra, os restantes condicionalismos relativos às condições de execução da obra, expressos na deliberação havida a 13/11/2017, nomeadamente quanto à necessidade de assegurar a gestão dos resíduos de construção e demolição nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

16. Req.º nº 171/19, datado de 28/01/2019 - Proc.º n.º 452/18, datado de 24/01/2018 - MLRZ - Sociedade Imobiliária, Lda.

125 - Presente requerimento n.º 171/19, datado de 2019/01/28, constante do processo camarário n.º 452/18, subscrito por **MLRZ - Sociedade Imobiliária, Lda.**, com o NIPC 513494340, com sede em rua do Repouso, n.º 48, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de um edifício de habitação e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua Floristas Gravadores, lugar de Lameiro, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 371 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 20425-P, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/12/10.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2019/02/13, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e *republicado* pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um edifício de habitação e muros de vedação*”, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua Floristas Gravadores, lugar de Lameiro, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 371 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 20425-P, com o número de processo 452/18, com data de entrada em 2018/10/24, apresentado por MLRZ - Sociedade Imobiliária, Lda., com o NIPC 513494340, com sede em rua do Repouso, n.º 48, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua Floristas Gravadores, com largura de 2,25m e gare de estacionamento com a largura de 2,50m. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever calçada de calcário com as dimensões de 0,05x0,05mx0,05m, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de betão com as dimensões de 0,13m (largura à vista) x 0,25m (altura) x 0,15m (largura da base), podendo o passeio ser rebaixado na zona da entrada.
2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 114,30m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua Floristas Gravadores, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “*Implantação*”, com o número “1A”, datada de “*outubro 2018*”, entregue a coberto do requerimento n.º 1933/18, datado de 2018/10/24, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar a firma requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da data da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

17. Req.º nº 91/19, datado de 17/01/2019 - Proc.º nº 369/18, datado de 11/09/2018 - Realceppuzzle, Lda.

126 - Presente requerimento n.º 91/19, datado de 2019/01/17, constante do processo camarário n.º 369/18, subscrito por **Realceppuzzle, Lda.**, com o NIPC 514826690, com sede em rua Pereira Crespo, n.º 25 - A, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de moradia unifamiliar e muros*”, a incidir sobre um prédio urbano correspondente ao “Lote n.º 71” do Loteamento Urbano sito no lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13013 e inscrito na matriz predial urbana

sob o artigo número 16034, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/12/10.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2019/02/12, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Construção de moradia unifamiliar e muros*”, a incidir sobre um prédio urbano correspondente ao “Lote n.º 71” do Loteamento Urbano sito no lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13013 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 16034, com o número de processo 369/18, com data de entrada em 2018/09/11, apresentado por Realcepuzzle, Lda., com o NIPC 514826690, com sede em rua Pereira Crespo, n.º 25 - A, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Mais delibera informar a firma requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da data da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

18. Req.º nº 342/19, datado de 18/02/2019 - Proc.º n.º 230/18, datado de 19/06/2018 - Tecblue - Investimentos Turísticos Lda

127 - Presente pedido com o registo n.º 342/19, datado de 18/02/2019, relativo a **legalização de alterações executadas num edifício destinado a Hotel**, sito na rua Dr. Adolfo Leitão, n.º 22, S. Pedro de Moel, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2686 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19263, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 230/18, com data de entrada de 19/06/2018, apresentado por **Tecblue - Investimentos Turísticos Lda**, com o NIPC 509 072 534, com sede na rua D. Dinis, n.º 36, freguesia de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara realizada a 3/09/2018;

Presente informação técnica, datada de 20/02/2019, que atesta encontrarem-se os termos de responsabilidade apresentados, relativos às especialidades, em condições de serem aceites, encontrando-se o processo em condições de ser deferido;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo à legalização de alterações executadas num edifício destinado a Hotel, sito na rua Dr. Adolfo Leitão, n.º 22, S. Pedro de Moel, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2686 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19263, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o

processo de licenciamento n.º 230/18, com data de entrada de 19/06/2018, apresentado por Tecblue - Investimentos Turísticos Lda, com o NIPC 509 072 534, com sede na rua D. Dinis, n.º 36, freguesia de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, concelho de Leiria.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

3 – De acordo com o disposto no artigo 94.º do RMEUMG, as obras nas praias do concelho são suspensas do dia 1 de julho até 31 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

19. Req.º nº 13/19, datado de 07/01/2019 - Proc.º n.º 307/18, datado de 26/07/2018 - José dos Santos Diniz Farto e Lucília Pedrosa Bernardes Diniz

128 - Presente requerimento n.º 13/19, datado de 2019/01/07, constante do processo camarário n.º 307/18, subscrito por **José dos Santos Diniz Farto**, com o NIF 174618301 e por **Lucília Pedrosa Bernardes Diniz**, com o NIF 152840133, residentes em rua da Lagoa, n.º 53, lugar de Ervedeira, freguesia de Coimbrão, concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação**” a levar a efeito numa parcela de terreno a destacar de um prédio rústico, sito no lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 88 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo número 9714, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/10/29.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2019/02/12, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, Que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “**Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação**” a levar a efeito numa parcela de terreno a destacar de um prédio rústico, sito no lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 88 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo número 9714, com o número de processo 307/18, com data de entrada em 2018/07/26, apresentado por José dos Santos Diniz Farto, com o NIF 174618301 e por Lucília Pedrosa Bernardes Diniz, com o NIF 152840133, residentes em rua da Lagoa, n.º 53, lugar de Ervedeira, freguesia de Coimbrão, concelho de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

1. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 127,18m2, ao longo da frente do prédio confinante com as ruas do Lamarão e dos Eucaliptos,

conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “Implantação”, com o número “1”, datada de “01-10-18”, entregue a coberto do requerimento n.º 1884/18, datado de 2018/10/16, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

2. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com as ruas do Lamarão e dos Eucaliptos, com uma largura de 2,25m. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever blocos de betão com as dimensões 0,10mx0,20mx0,06m, após execução da camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de betão pré-fabricado com uma largura de 0,15m e na zona das entradas deverá ser utilizado lancil de rampa com 0,40m de largura e lancil lateral com cantos de acabamento.

Mais delibera informar os requerentes que, nos termos do n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverão no prazo de um ano a contar da data da notificação, requererem a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

20. Req.º nº 309/19, datado de 11/02/2019 - Proc.º n.º 292/18, datado de 17/09/2018 - Ângelo Augusto Madeira Gaspar

129 - Presente pedido com o registo n.º 309/19, datado de 11/02/2019, relativo a **legalização de ampliação de um estabelecimento industrial**, sito no terreno localizado na rua das Rosas, n.º 108-A, Pedra de Baixo, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6003, omissa na matriz predial urbana, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 292/18, com data de entrada de 19/07/2018, apresentado por **Ângelo Augusto Madeira Gaspar**, com o NIF 153 833 149, residente na travessa Fernando José Alvarez Baridó, n.º 1, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara havida a 03/09/2018;

Presente processo de regularização extraordinária, com o n.º 300/17, titulado por AES MANUFACTURING, LDA, apresentado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, que mereceu parecer favorável condicionado em sede de conferência decisória realizada a 20/04/2018;

Presente informação técnica, datada de 19/02/2019, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 20/02/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de ampliação de um estabelecimento industrial, sito no terreno localizado na rua das Rosas, n.º 108-A, Pedra de Baixo, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6003, omissa na matriz predial urbana, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 292/18, com data de entrada de 19/07/2018, apresentado

por Ângelo Augusto Madeira Gaspar, com o NIF 153 833 149, residente na travessa Fernando José Alvarez Baridó, n.º 1, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

21. Req.º nº 102/19, datado de 18/01/2019 - Proc.º n.º 436/18, datado de 11/10/2018 - José António Coelho Marques e Zaida Frade Henriques Marques

130 - Presente processo camarário n.º 436/18, inerente ao pedido de licenciamento da obra de **“Legalização de alterações de moradia unifamiliar existente, muros de vedação, anexo e execução de pavimentação de berma”**, a incidir sobre um prédio urbano sito na rua 1.º de Maio, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1876 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 855, da freguesia de Moita, apresentado por **José António Coelho Marques**, com o NIF 132564963 e por **Zaida Frade Henriques Marques**, com o NIF 159430852, ambos com residência em rua Estrada da Nazaré, n.º 10, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, sobre o qual recaiu a deliberação camarária datada de 2018/12/21, que se transcreve:

*“Presente requerimento com o registo de entrada n.º 1843/18, datado de 2018/10/11, constante do processo camarário n.º 436/18, inerente ao pedido de licenciamento da obra de **“Legalização de alterações de moradia unifamiliar existente, muros de vedação, anexo e execução de pavimentação de berma”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito na rua 1.º de Maio, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1876 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 855, da freguesia de Moita, apresentado por **José António Coelho Marques**, com o NIF 132564963 e por **Zaida Frade Henriques Marques**, com o NIF 159430852, ambos com residência em rua Estrada da Nazaré, n.º 10, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande.*

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/12/01, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

*Após a análise do pedido de licenciamento da obra de **“Legalização de alterações de moradia unifamiliar existente, muros de vedação, anexo e execução de pavimentação de berma”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito na rua 1.º de Maio, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1876 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 855, da freguesia de Moita, com o número de processo 436/18, com data de entrada em 2018/10/11, apresentado por **José António Coelho Marques**, com o NIF 132564963 e por **Zaida Frade Henriques Marques**, com o NIF 159430852, ambos com residência em rua Estrada da Nazaré, n.º 10, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2018/12/01, a Câmara Municipal delibera notificar os requerentes, nos termos dos artigos 121.º e 122.º*

do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciarem em sede de **AUDIÊNCIA PRÉVIA**, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o art. 73.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, visto o vão de iluminação do compartimento destinado a quarto da habitação, dispor de um obstáculo à sua normal iluminação, face à proposta de legalização da construção de um anexo de apoio à habitação, à distância de 1,53m, inferior à distância mínima de 3,00m exigida.

Mais delibera informar os requerentes, que a eventual correção ao projeto a apresentar, deverá prever também, os seguintes aspetos:

1. Apresentação de projeto atualizado da rede de águas no que concerne ao traçado da rede com elementos representativos da ligação à rede pública de abastecimento de água e localização de contador;
2. Projeto atualizado da rede de drenagem de águas residuais domésticas no que concerne ao traçado da rede com elementos representativos da ligação à rede pública, localização da caixa de ramal domiciliário para a rede predial das águas residuais domésticas.”

Presente requerimento com registo de entrada n.º 102/19, datado de 2019/01/18, pelo qual é solicitada a prorrogação de 30 dias para dar resposta à referida audiência prévia, alegando “(...) tal como decidido na reunião com o eng. Rui Vicente para esclarecimentos relativos aos processos de redes de águas e drenagem de águas residuais domésticas, foi solicitada a elaboração de elementos que irão ser executados para aditamento ao processo.”.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2019/02/14, a enquadrar devidamente o pedido.

Após a análise do pedido de prorrogação de prazo para que o requerente se pronuncie em sede de audiência prévia, sobre a proposta de indeferimento recaída sobre o pedido de licenciamento da obra de “Legalização de alterações de moradia unifamiliar existente, muros de vedação, anexo e execução de pavimentação de berma”, a incidir sobre um prédio urbano, sito na rua 1.º de Maio, freguesia de Moita, e tendo em consideração o parecer técnico datado de 2019/02/14 que sobre ele recaiu, a Câmara delibera DEFERIR a prorrogação do prazo anteriormente concedido, nos termos requeridos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

22. Req.º nº 2064/18, datado de 14/11/2018 - Proc.º n.º 486/18, datado de 14/11/2018 - Tânia Martel Silva Cuco e Ernesto Freitas da Cunha

131 - Presente requerimento n.º 2064/18, datado de 2018/11/14, constante do processo camarário n.º 486/18, em nome de **Tânia Martel Silva Cuco**, com o NIF 219 999 996, e de **Ernesto Freitas da Cunha**, com o NIF 225884658, residentes em rua Gervásio José Birne, n.º 100, 1.º dt.º, lugar de Vergieiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, relativo ao licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia, muros e demolição do existente”**, a levar a efeito sobre um prédio urbano sito na rua Camilo Castelo Branco, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1577 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo número 13504, correspondente ao “Lote n.º 10” do loteamento urbano titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 44/77, datado de 1977/01/27, com a área de 705m2.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2019/02/13, que refere que o projeto de arquitetura apresentado, não se encontra apto a merecer aprovação, por não garantir as especificações constantes no processo de loteamento para o qual foi emitido o Alvará de Loteamento n.º 44/77, datado de 1977/01/27, nomeadamente por apresentar uma área de implantação para a edificação proposta de 340,41m², superior à área máxima de implantação permitida de 119,85m², correspondente a 17% da área do lote, por propor a edificação de uma habitação unifamiliar quando se encontra prevista a edificação de uma habitação bifamiliar para o lote, por não respeitar o polígono de implantação definido, designadamente o afastamento ao eixo da via (rua Camilo Castelo Branco) constante na peça gráfica correspondente ao perfil transversal, bem como por não respeitar a existência de um logradouro lateral com um mínimo de 3,00m.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Construção de uma moradia, muros e demolição do existente”, a levar a efeito sobre um prédio urbano sito na rua Camilo Castelo Branco, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1577 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo número 13504, correspondente ao “Lote n.º 10” do loteamento urbano titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 44/77, datado de 1977/01/27, com a área de 705m², bem como do parecer técnico datado de 2019/02/13, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR os requerentes, Tânia Martel Silva Cuco, com o NIF 219 999 996, e de Ernesto Freitas da Cunha, com o NIF 225884658, residentes em rua Gervásio José Birne, n.º 100, 1.º dt.º, lugar de Vergieiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciarem em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, nomeadamente por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes no Alvará de Loteamento Urbano n.º 44/77, datado de 1977/01/27, ao apresentar uma área de implantação para a edificação proposta de 340,41m², superior à área máxima de implantação permitida de 119,85m², correspondente a 17% da área do lote, por propor a edificação de uma habitação unifamiliar quando se encontra prevista a edificação de uma habitação bifamiliar para o lote, por não respeitar o polígono de implantação definido, designadamente o afastamento ao eixo da via (rua Camilo Castelo Branco) constante na peça gráfica correspondente ao perfil transversal, bem como por não respeitar a existência de um logradouro lateral com um mínimo de 3,00m.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

23. Req.º nº 349/19, datado de 19/02/2019 - Proc.º n.º 163/2019, datado de 19/02/2019 - Rosa Maria Rodrigues Neves

132 - Presente requerimento registado sob o n.º 349/19, datado de 19/02/2019, apresentado por **Rosa Maria Rodrigues Neves** com o NIF 142848867, residente em Bairro Santo Estevão, Lote D, 3.º Esq.º, Abraveses, Viseu, é solicitada uma vistoria ao imóvel de que é proprietária, sito na Rua Ilha do Pico, n.º 27, 2.º Dt.º, apontando a existência de diversas infiltrações, alegadamente originadas pela colocação de uma marquise sem execução do devido isolamento, no terraço de uso exclusivo da fração superior do seu imóvel, correspondente ao 3.º andar direito do referido prédio.

Presente parecer dos serviços, datado de 19/02/2019, sobre o assunto.

Após análise pedido e da informação datada de 19/02/2019, a Câmara Municipal delibera:

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao segundo andar direito do imóvel sito em Rua Ilha do Pico, n.º 27, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Rosa Maria Rodrigues Neves com o NIF 142848867, residente em Bairro Santo Estevão, Lote D, 3.º Esq.º, Abraveses, Viseu, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pela proprietária.

NOTIFICAR a requerente, bem como a entidade a quem compete a administração do condomínio, identificada pela requerente como Cempormil, Lda, com morada em Avenida Vítor Gallo, n.º 126, freguesia e concelho de Marinha Grande para designar um seu representante estar presente na referida vistoria.

NOTIFICAR, ainda, os proprietários da fração correspondente ao 3.º andar direito, Valentyna e Anton Mezhyryech, da realização da vistoria, bem como da eventual necessidade da Comissão de Vistorias aceder ao seu imóvel, face às alegações da reclamante de que as infiltrações existentes na sua fração serem provenientes do deficiente isolamento do terraço, decorrente da execução de uma marquise.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 14/03/2018, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

Engenheiro Rui Vicente

Arquiteto Ricardo Santos

Engenheiro Vasco Fernandes

Membros suplentes:

Engenheira Maria João Oliveira

Arquiteto Alexandre Fava

Dr. Hugo Areal

INFORMAR a requerente, os proprietários da fração confinante, bem como a empresa responsável pela administração do condomínio, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

24. Req.º nº 1512/18, datado de 20/08/2018 - Proc.º nº 516/2018, datado de 20/08/2018 - Valéria Soares Santos

133 - Presente reclamação apresentada por **Valéria Soares Santos**, residente na Rua da Fonte Santa, n.º 31, freguesia e concelho de Marinha Grande, solicitar que se verifique a legalidade da obra de execução de muro de vedação no prédio confinante;

Presente informação dos serviços de fiscalização, datada de 07/09/2018, mencionado que não foi presenciada a execução de qualquer obra. No entanto, é colocada em causa a eventual instabilidade do muro. Foi, ainda, verificada a existência de um barracão nas traseiras da moradia, para o qual não foi identificado processo de licenciamento.

Presente informação dos serviços, datado de 19/02/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência subdelegada por despacho da Presidente da Câmara Municipal, proferido em 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria para verificação do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis às operações urbanísticas, bem como para prevenir perigos que possam resultar para a saúde e segurança das pessoas, ao edifício sito na Rua da Fonte Santa, n.º 33, freguesia e concelho de Marinha Grande, identificado como sendo propriedade de Arnaldo Coutinho, bem como para determinação de eventuais medidas de restauração e tutela da legalidade urbanística, ao abrigo do disposto nos artigos 93.º, 94.º e 95.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;

A Câmara Municipal analisou a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua da Fonte Santa, n.º 33, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de propriedade de Arnaldo Coutinho, residente na referida morada, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Mais delibera notificar a reclamante, Valéria Soares Santos, residente na Rua da Fonte Santa, n.º 31, freguesia e concelho de Marinha Grande, da realização da vistoria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

25. Req.º nº 329/19, datado de 13/02/2019 - Proc.º nº 55/19, datado de 13/02/2019 - Telas e Ruelas, Lda.

134 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 329/19, datado de 13/02/2019, apresentado por **Telas e Ruelas, Lda.**, com o NIPC 509015832, com sede em Rua dos Covões, n.º 1, freguesia de Odeceixe, concelho de Aljezur, e morada para correspondência em Rua Professo Doutor Virgílio de Moraes, nº 3, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Avenida do Farol. N.º 5, S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande cuja construção foi licenciada no âmbito

do processo camarário n.º 896/1961, titulada, pelo alvarás de construção n.º 391, emitido em 27/07/1961.

Presente parecer técnico datado de 19/02/2019, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Avenida do Farol. N.º 5, S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de propriedade de Telas e Ruelas, Lda., com o NIPC 509015832, com sede em Rua dos Covões, n.º 1, freguesia de Odeceixe, concelho de Aljezur, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

26. E/11837/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.

135 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/11837/2018, datado de 21/12/2018, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo **em Rua da Ponte/Rua Fernando Pedro, Picassinos e Travessa 1.º de Maio**, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 13,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Qualidade de Vida, datado de 15/01/2019, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 13/02/2019 pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do

artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de 13,00 metros de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua da Ponte/Rua Fernando Pedro, Picassinos e Travessa 1.º de Maio, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos, bem como a sinalização horizontal eventualmente danificada, devem ser repostos nas devidas condições;
- b) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.
- c) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- d) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

27. E/11678/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.

136 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/11678/2018, datado de 17/12/2018, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo **em Rua da Indústria Metalúrgica**, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, num total de 37,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Qualidade de Vida, datado de 02/01/2019, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 13/02/2019 pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de 37,00 metros de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua da Indústria Metalúrgica, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos devem ser repostos nas devidas condições;
- b) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.
- c) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- d) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.

Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

28. Intervenções urgentes de regularização fluvial nas áreas afetadas pelos incêndios florestais ocorridos entre agosto e outubro de 2017 - Município da Marinha Grande - Concurso público n.º 23/2018. Deliberação inicial.

137 - Presente informação com a ref.ª I.A.34/2018 e projeto de execução, cuja coordenação foi assegurada pela Divisão de Gestão do Território, composto por peças desenhadas e peças escritas, nomeadamente projeto de execução, memória descritiva e justificativa, caderno de encargos (cláusulas técnicas cláusulas gerais), programa de procedimento, plano de segurança e saúde, mapa de quantidades e orçamento, plano de prevenção e de gestão de resíduos referentes à obra em epígrafe.

O preço base do concurso é de 150.656,25€ (cento e cinquenta mil, seiscentos e cinquenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos) e o prazo de execução é de 90 dias.

A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99,

de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
- c) autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;
- d) aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos, projeto de execução e minuta do anúncio), que passam a integrar o processo administrativo;
- e) designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Isabel Alves (Presidente), Miguel Figueiredo (Vogal), Mauro Oliveira (Secretário) e como suplentes Rui Vicente e Cristina Silva.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

29. “Requalificação da Rua da Vitória” – Concurso Público N.º 13/2018 – Aprovação do plano de trabalhos.

138 - Presente para análise o Plano de Trabalhos Ajustado da obra de “*REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA VITÓRIA*”, apresentada pela empresa adjudicatária “Matos & Neves, Lda”.

Presente informação técnica com a ref.^a EM.07.2019, datada de 08 de fevereiro de 2019, através da qual se confirma que o plano de trabalhos define com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o esclarecimento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, na unidade de tempo base do programa.

Considerando que cabe ao dono da obra aprovar o plano de trabalhos ajustado, nos termos do artigo 361º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com ref.^a EM.07.2019, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, aprovar o plano de trabalhos da empreitada de “*REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA VITÓRIA*”, adjudicada à empresa “Matos & Neves, Lda”, nos termos do disposto no artigo 361º do CCP.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

INTERVENÇÃO CULTURAL

30. Proposta de eliminação de documentação

139 - Presente Informação nº 231/2019 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania – Arquivo Municipal – sobre proposta para eliminação de documentação existente à sua guarda, tendo como base a legislação em vigor.

Presente relação de séries documentais a eliminar que, com base na Informação supracitada, obteve aprovação dos serviços produtores.

Presente parecer consultivo da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

A Câmara Municipal após apreciação do referido documento e considerando que:

- a relação das séries documentais foi objeto de apreciação e posterior aprovação dos serviços produtores.

- a relação acima mencionada foi posteriormente submetida à Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, tendo obtido parecer favorável.

Delibera, no uso da competência prevista na alínea cc) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com a Portaria nº 412/2001 de 17 de Abril, com as alterações constantes na Portaria nº 1253/2009 de 14 de Outubro, e com o parecer da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, aprovar a eliminação da documentação constante na relação que faz parte integrante desta deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

31. Proposta de programação e fixação de preços de bilhetes para espetáculos a decorrer em 2019 na Casa da Cultura Teatro Stephens

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

“Gostaria que a Sra Presidente ou a senhora vereadora da cultura definisse e publicasse a estratégia para utilização da Casa da Cultura.

Que meios de divulgação estão definidos e com que antecipação?

Para quando uma proposta de solução de bilhética de modo a evitar os constrangimentos existentes, sobretudo de quem quer vir aos espetáculos e já não haver bilhetes, quando depois a sala não está cheia.”

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** informou que se estão a divulgar todos os espetáculos na página da Câmara, e no caso dos espetáculos infantis tem sido também enviada informação para as escolas, e tem dado resultado porque tem esgotado.

A bilhética está para breve, uma vez que a compra do sistema está a ser integrada na revisão ao orçamento.

Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

140 - Presente I/33/2019 com proposta detalhada de programação para a Casa da Cultura Teatro Stephens para 2019, bem como proposta de fixação do preço dos bilhetes de ingresso para os espetáculos.

Atendendo a que nos termos da alínea b) do n.º 2 do Artigo 6º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens, “Em termos de gestão compete à Câmara Municipal Programar as atividades de acordo com a estratégia cultural estabelecida”;

Atendendo ainda que por forma a possibilitar a venda de bilhetes para os espetáculos propostos e de acordo com o n.º 9 artigo 26.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens é competência da Câmara fixar por deliberação o preço dos bilhetes;

Considerando que de acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados;

Considerando que segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”;

Propõe-se a fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos de 2019 na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

Data	Área Artística	Artista/Projeto	Valor Cachet/IVA	Preço Bilhete Proposto c/ IVA incluído à taxa legal em vigor
10.03.2019	Teatro	A SOPRAR SE VAI AO LONGE 25 ANOS	500,00€	Gratuito
10.05.2019	Música	ROGÉRIO CHARRAZ 4.0	2.750,00€ + IVA	8€

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do Artigo 6º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens aprovar a programação da Casa da Cultura Teatro Stephens para 2019 e das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, a tabela de preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de 2019 que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

32. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural. Alóédavieira - Associação Recreativa e Cultural

141 - Presente grelha de classificação e relatório da Comissão de Apreciação das Candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho n.º 13/2019 de 1 de fevereiro de 2019 da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativa à candidatura a seguir mencionada, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO CANDIDATURA
E/223/2019	Cultural	Alóédavieira - Associação Recreativa e Cultural	Organização de eventos- Carnaval 2019	Pontual

Considerando:

- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos nºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento;
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- Que é proposto pela comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, relatório e grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a **ADMISSÃO** da candidatura abaixo referida:

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/223/2019	Cultural	Alóédavieira - Associação Recreativa e Cultural	Organização de eventos- Carnaval 2019	32 pontos

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura acima referida, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e António Santos, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve

ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

33. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 - Alóédavieira - Associação Recreativa e Cultural - Organização de eventos Carnaval 2019

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

“A Associação diz que o orçamento é de 15.000€, pede apoio à Câmara de 10.000€, e a atribuição é de 3.000€ - Qual o critério?

Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”

A Sr.ª Vereadora Célia Guerra referiu que para além do apoio financeiro a Câmara também tem colaborado com apoio logístico.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho pensa que, à semelhança do que se passa noutros concelhos, a Marinha Grande também deveria ter um carnaval, até poderia ser na Vieira, mas o risco é eles não cumprirem e para o próximo ano não voltarem a fazer. Entende que a Câmara deve “agarrar” as pessoas que estão a trabalhar nesta área e apoiá-las, porque isso se traduzirá noutras mais-valias, designadamente económicas. Teme que o apoio seja pouco e possa vir a trazer fracasso. Questionou quem decidiu o valor e porquê este.

A Sr.ª Vereadora Célia Guerra disse que foi ela, conjuntamente com a respetiva Divisão, e também porque foi falado com a Associação e foi considerado que a verba era suficiente. As associações da Vieira também estão a colaborar e com certeza que irá ser um sucesso.

Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

142 - Presente deliberação de 25 fevereiro de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/223/2019 de 7 de janeiro	515157333	Alóédavieira-Associação Recreativa e Cultural	Organização de eventos-Carnaval 2019	32 pontos

Presente informação com n.º de registo I/398/2019, de 19 de fevereiro, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade Aloédavieira-Associação Recreativa e Cultural preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a **Organização de eventos-Carnaval 2019**.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/168;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e

Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	DELIBERAÇÃO
E/223/2019 de 7 de janeiro	515157333	Alóedavieira- Associação Recreativa e Cultural	Organização de eventos- Carnaval 2019	32 pontos	2018/A/168	3.000,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e António Santos, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

TURISMO

34. Aprovação da proposta de Regras de Participação, Organização e Funcionamento das Festas da Cidade da Marinha Grande para o ano de 2019

Presente a seguinte proposta:

“Presente a informação interna n.º 392, de 19 de fevereiro de 2019, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual é apresentada a proposta das Regras de Participação, Organização e Funcionamento das Festas da Cidade da Marinha Grande, para o ano de 2019.

As Festas da Cidade da Marinha Grande constituem um dos maiores eventos de cariz económico, cultural, social e recreativo que se realiza anualmente no concelho da Marinha Grande, e que se têm revelado fundamentais na dinamização e divulgação de diversas atividades existentes no concelho, designadamente no âmbito do Artesanato, Turismo, Comércio, Indústria e Serviços, dando também a conhecer o trabalho desenvolvido pelas Associações e Coletividades do concelho, proporcionando-lhes, igualmente, uma fonte de receita para cumprimento dos seus planos de atividades.

Considerando a crescente importância que as Festas da Cidade têm tido no concelho, desde a sua primeira edição em 2014, bem como o considerável aumento do número de interessados em participar, nomeadamente nas áreas da gastronomia, artesanato, doçaria e licores, institucional/empresarial e venda ambulante, verifica-se a necessidade de criar um documento que estabeleça as regras de participação nas Festas da Cidade, de modo a assegurar a continuação do seu sucesso junto de todos aqueles que as visitam;

Considerando que é de todo o interesse para o Município da Marinha Grande a criação de um documento base que agilize e estabeleça o procedimento relativo às inscrições e condições de participação neste evento;

Considerando a importância de garantir uma maior equidade entre todos os participantes;

Considerando a importância em definir o modo e contrapartidas dos patrocínios das Festas da Cidade;

A Câmara apreciou os documentos e delibera, ao abrigo do previsto na alínea m) e e), do n.º 2, do artigo 23.º, conjugado com a alínea ff), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a presente proposta de Regras de Participação, Organização e Funcionamento das Festas da Cidade da Marinha Grande para o ano de 2019, que constam como anexo à presente deliberação.”

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** explicou a razão de ser destas regras, que na prática já existem, e que agora são passadas a escrito, e no próximo ano tenciona passá-las a regulamento. Este ano será um ano de teste das regras, e se tudo correr bem, e com os contributos das coletividades, serão passadas para regulamento.

O **Sr. Vereador António Santos** referiu que é um contra-senso falar-se em louça descartável quando vai ser proibido.

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** reconheceu que está, mas este ano vai-se começar a introduzir a louça reutilizável.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que tem dúvidas sobre a legalidade desta proposta, porque são regras e não é um regulamento ou um regimento, como determina a lei. Foi consultar o artigo que é invocado e não tem nada a ver, daí que tenha dúvidas sobre a legalidade do documento e sobre a implementação prática destas regras.

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** voltou a referir que são regras que já existiam e que agora estão escritas, e que o assunto foi visto com o Gabinete Jurídico.

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** entende que se já existiam e eram aplicadas que se continue desta forma.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que continua com as mesmas dúvidas, e se as regras já existiam, porquê trazê-las agora à Câmara e sem um parecer jurídico?

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** disse que então vai retirar o ponto e virá à próxima reunião com o parecer jurídico.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** chamou a atenção para o valor dos patrocínios, que lhe parece baixo.

O ponto foi retirado com a concordância de todos.

35. Sorteio para ato público de atribuição de 11 lugares para o exercício de venda ambulante no recinto das Festas da Cidade - Parque da Cerca - Concelho da Marinha Grande e aprovação do Programa de Procedimento de atribuição de 11 lugares para venda ambulante no recinto das Festas da Cidade - Ano 2019

Presente a seguinte proposta:

“Presente a informação interna n.º 391, de 19 de fevereiro de 2019, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conta da necessidade de abertura de procedimento, através de sorteio, por ato público e publicitação, da atribuição de 11 lugares para o exercício da venda ambulante no recinto das Festas da Cidade - Parque da Cerca - no concelho da Marinha Grande, e se propõe o respetivo Programa de Procedimento de atribuição destes lugares, para o ano de 2019.

Considerando que dias 30 e 31 de maio, 01 e 02 de junho de 2019 decorrerá a 6.ª edição das Festas da Cidade da Marinha Grande;

Considerando que parte do recinto das Festas é destinado ao exercício da atividade de venda ambulante em lugar fixo;

Considerando que, por força do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentária exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes, a atribuição do direito de uso do espaço público para o exercício da venda ambulante é feito por sorteio;

Assim, e ao abrigo do previsto no n.º 1 do artigo 20.º, conjugado com o n.º 5 do artigo 21.º do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes, a Câmara Municipal apreciou a informação e delibera:

- a) **Dar início ao procedimento de atribuição do direito de uso de 11 lugares para o exercício da atividade de venda ambulante, através de sorteio, por ato público, e sua publicitação em conformidade com o n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, que a seguir se identificam:**
 - 6 lugares com 8 m2 , para comercialização de pipocas, frutos secos e similares;
 - 5 lugares com 16 m2, para instalação de unidades móveis de restauração e bebidas de carácter não sedentário, para a prestação de serviços de restauração e bebidas com carácter não sedentário.
- b) **Aprovar as condições constantes do Programa de Procedimento, que se dão aqui por reproduzidos e que se anexam à presente ata.**

A Sr.ª Vereadora Célia Guerra retirou o ponto, pelas razões invocadas no ponto 34.

ATIVIDADE FÍSICA

36. Cedência de instalações no Estádio Municipal da Marinha Grande - Cedências de gabinetes de apoio. Atlético Clube Marinhense

O Sr. Vereadora Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

“Sobre estes três pontos (36, 37 e 38) concordamos com a cedência de salas que estejam vazias.

O problema destes e doutros clubes é que não conhecem o resultado das candidaturas apresentadas. Relembro, por exemplo, que a época desportiva do atletismo de pista coberta está a terminar e não há ainda decisões sobre a admissão e atribuição de apoio às candidaturas apresentadas em Setembro passado.

Quanto às infraestruturas desportivas camarárias, e ao contrário do que disse a Sra. Presidente, estão num estado de degradação muito grande, com falta de manutenção. Apenas como exemplo o Estádio Municipal, não recebe mais eventos regionais/nacionais (futebol, atletismo, outras) porque não tem condições por falta de manutenção: a pista de atletismo tem o corredor de dentro muito degradado; o corredor do comprimento está rasgado; o poste está a cair; existem redes rotas, etc.

Proponho que rapidamente se analise que manutenção há a fazer e de imediato se proceda ao trabalho.”

A **Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que aquilo que o Vereador Aurélio disse já ela aqui trouxe, no início de 2018, num documento em que elencava a falta de manutenção do Estádio, nomeadamente da pista, e a questão do ginásio, que podia ser melhorado e com pouco dinheiro. É preciso fazer manutenção, e é mais barato. Na altura andou no Estádio com os funcionários a fazer o levantamento das necessidades, o documento está com a Sr.^a Vereadora Célia, por isso é só pegar nele e ver quais são ainda as necessidades e lançar o procedimento.

A **Sr.^a Vereadora Célia Guerra** disse que algumas das coisas foram feitas. Já tem o orçamento para os postes de saltos e também para a iluminação, e a verba vai ser posta na revisão. Quando a ADAL pede têm utilizado.

Em relação à questão das candidaturas, informou que chegaram à Câmara 89 candidaturas, e agora, todas as semanas, a comissão vai reunir para analisar as candidaturas, e sempre que há um evento ela é analisada e vem à reunião.

Referiu ainda que tem conhecimento do documento apresentado pela Sr.^a Vereadora Alexandra, e também se está a equacionar a aquisição de mais máquinas.

Por **todos os Srs. Vereadores** foi reclamada maior celeridade na análise das candidaturas.

A **Sr.^a Presidente** referiu que os três membros do executivo permanente trabalham em consenso, em função das prioridades, mas o orçamento não é elástico e têm que colocar na revisão as verbas necessárias para esta manutenção.

Corrigiu a afirmação, porque não disse que temos as melhores instalações desportivas mas sim as melhores condições para termos as melhores instalações desportivas.

A **Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho** referiu, na sequência do que a Sr.^a Vereadora Célia disse sobre a apreciação das candidaturas, que a Vereadora devia intervir logo escolhendo as mais prioritárias.

A **Sr.^a Vereadora Célia Guerra** disse que tem feito esse trabalho de priorizar as candidaturas, e a prova é que das 89 já seleccionou 18, que virão à próxima reunião.

Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

143 - O Estádio Municipal da Marinha Grande é vocacionado para a realização de atividades desportivas e que permite, simultaneamente, o desenvolvimento de atividades na vertente de lazer, recreação, formação e competição, sendo por isso um espaço privilegiado de concretização dos princípios acima referidos que importa gerir de forma eficaz a fim de atingir plenamente os objetivos para os quais foi concebido.

Considerando que Estádio Municipal da Marinha Grande, tem salas que podem servir como apoio de clubes que utilizam a Instalação Desportiva Municipal para as mais diversas vertentes referidas anteriormente.

Considerando que um espaço físico no Estádio Municipal da Marinha Grande, significará simplificar toda a logística inerente a atividade, promover reuniões/integrações e formação de novos atletas, havendo a possibilidade de fazer diretamente este trabalho localmente e num espaço apropriado.

Considerando que existe um gabinete disponível localizado no Estádio Municipal da Marinha Grande, com uma área aproximadamente de 17,1 m², (5,90m x 2,90m), terá um valor de arrendamento mensal de 60 Euros.

Considerando que de acordo com o parecer técnico, em anexo, a cedência desta sala traduz-se num benefício mensal avaliado em cerca de 60,00€, totalizando 720,00 € anuais.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

A Câmara Municipal ao abrigo das competências conferidas pelas alínea u) e ee), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a alteração introduzida pela Lei nº 25/2015, de 30 de março, delibera ceder o gabinete que se encontra disponível no Estádio Municipal da Marinha Grande, sito na Avenida Dr.º José Vareda, 2430-307 Marinha Grande, com área de 17,11 m², ao Atlético Clube Marinhense, através da celebração de um contrato de comodato, cuja minuta se anexa, por um período de dois anos renovável anualmente, para instalar um gabinete de apoio administrativo da entidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

37. Cedência de instalações no Estádio Municipal da Marinha Grande - Cedências de gabinetes de apoio. Clube de Atletismo da Marinha Grande

144 - Presente pedido do Clube de Atletismo da Marinha Grande datado de 14 de setembro de 2018, a solicitar o ao Município da Marinha Grande a cedência de um espaço físico no estádio municipal da Marinha Grande, no âmbito dos diversos programas de desenvolvimento desportivo.

Considerando que o Estádio Municipal da Marinha Grande é vocacionado para a realização de atividades desportivas e que permite, simultaneamente, o desenvolvimento de atividades na vertente de lazer, recreação, formação e competição, é um espaço privilegiado de concretização dos princípios acima referidos que importa gerir de forma eficaz a fim de atingir plenamente os objetivos para os quais foi concebido.

Considerando que Estádio Municipal da Marinha Grande, tem salas que podem servir como apoio de clubes que utilizam a Instalação Desportiva Municipal para as mais diversas vertentes referidas anteriormente.

Considerando que um espaço físico no Estádio Municipal da Marinha Grande, significará simplificar toda a logística inerente a atividade, promover reuniões/integrações e formação de novos atletas, havendo a possibilidade de fazer diretamente este trabalho localmente e num espaço apropriado.

Considerando que existe um gabinete disponível localizado no Estádio Municipal da Marinha Grande, com uma área aproximadamente de 17,1 m², (5,90m x 2,90m), terá um valor de arrendamento mensal de 60 Euros.

Considerando que de acordo com o parecer técnico, em anexo, a cedência desta sala traduz-se num benefício mensal avaliado em cerca de 60,00€, totalizando 720,00 € anuais.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

A Câmara Municipal ao abrigo das competências conferidas pelas alínea u) e ee), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a alteração introduzida pela Lei nº 25/2015, de 30 de março, delibera ceder o gabinete que se encontra disponível no Estádio Municipal da Marinha Grande, sito na Avenida Dr.º José Vareda, 2430-307 Marinha Grande, com área de 17,11 m², ao Clube de Atletismo da Marinha Grande, através da celebração de um contrato de comodato, cuja minuta se anexa, por um período de dois anos renovável anualmente, para instalar um gabinete de apoio para acolhimento de pais e atletas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

38. Cedência de instalações no Estádio Municipal da Marinha Grande - Cedências de gabinetes de apoio. Clube de Ténis da Marinha Grande

145 - O Estádio Municipal da Marinha Grande é vocacionado para a realização de atividades desportivas e que permite, simultaneamente, o desenvolvimento de atividades na vertente de lazer, recreação, formação e competição, sendo por isso um espaço privilegiado de concretização dos princípios acima referidos que importa gerir de forma eficaz a fim de atingir plenamente os objetivos para os quais foi concebido.

Considerando que Estádio Municipal da Marinha Grande, tem salas que podem servir como apoio de clubes que utilizam a Instalação Desportiva Municipal para as mais diversas vertentes referidas anteriormente.

Considerando que um espaço físico no Estádio Municipal da Marinha Grande, significará simplificar toda a logística inerente a atividade, promover reuniões/integrações e formação de novos atletas, havendo a possibilidade de fazer diretamente este trabalho localmente e num espaço apropriado.

Considerando que existe um gabinete disponível localizado no Estádio Municipal da Marinha Grande, com uma área aproximadamente de 35,67m², (12,30m x 2,90m), terá um valor de arrendamento mensal de 110,00 Euros.

Considerando que de acordo com o parecer técnico, em anexo, a cedência desta sala traduz-se num benefício mensal avaliado em cerca de 110,00€, totalizando 1.320,00 € anuais.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

A Câmara Municipal ao abrigo das competências conferidas pelas alínea u) e ee), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a alteração introduzida pela Lei nº 25/2015, de 30 de março, delibera ceder o gabinete que se encontra disponível no Estádio Municipal da Marinha Grande, sito na Avenida Dr.º José Vareda, 2430-307 Marinha Grande, com área de 35,67 m², ao Clube de Ténis da Marinha Grande, através da celebração de um contrato de comodato, cuja minuta se anexa, por um período de dois anos renovável anualmente, para instalar a sede do clube.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO

39. Atualização bienal do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, do inquilino residente na Avenida da Liberdade, BI M 1º dto, T1, Casal de Malta.

146 - Presente informação n.º 376 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, datada de 18 de fevereiro de 2019, a dar conta da necessidade de proceder à atualização do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC / I.A.S.)$ em que:

T = Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (435,76€)"

Considerando que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 27.º do Regulamento de atribuição, de gestão e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, o montante da renda é atualizado, bienalmente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar, nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro.

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha do inquilino e que têm por base os documentos facultados pelo próprio.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à atualização da renda do inquilino residente na fração identificada em epígrafe, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:

MORADOR	BLOCO	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENDA/19 (fevereiro)	RENDA/19 (abril)
Avenida da Liberdade	M	1º DTO	17/09/2010	21,03€	22,93€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de abril do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO

APOIO JURÍDICO

40. Pedido de indemnização – Requerente: Maria Isabel Oliveira Morais Roldão, filha do lesado Dr. Mário Ferrão Morais Roldão – Praça Afonso Lopes Vieira, S. Pedro de Moel - Tempestade marítima “Hércules” de 06/01/2014 - Audiência prévia.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

“Este pedido de indemnização é datado de 10/01/2014. Como é possível só agora vir a reunião de Câmara?”

As floreiras e as barracas de artesanato que estavam na praça e S. Pedro são da Câmara e esta não se precaveu para a tempestade que estava anunciada. Foi assim em 2014 e no Leslie (2018) voltou a repetir-se com as barracas de artesanato.”

A **Sr.ª Presidente** explicou os trâmites do processo desde 2014 até ao momento, referindo que se trata de um pedido que é parcialmente indeferido, e daí a audiência prévia dessa parte.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que vai votar contra porque o Vice-Presidente da altura se deslocou ao local e verificou que existiam os danos, está no processo. Por isso, e por concordar com o deferimento total, votará contra.

Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

147 - A Sr.ª Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente requerimento apresentado em 10-01-2014, nesta Câmara Municipal, pelo lesado Dr. Mário ferrão Morais Roldão, proprietário da moradia sita na Praça Afonso Lopes Vieira, n.º 15, em S. Pedro de Moel, solicitando o ressarcimento de vários danos alegadamente causados por duas floreiras municipais que, por força da água do mar que invadiu a Praça no dia 6 de janeiro de 2014, em que se verificaram os efeitos da tempestade “Hércules”, foram arrastadas e embateram no portão automático da garagem, danificando-o, danos esses que imputa ao Município e orçamentados em 1307,61€ com IVA incluído (o portão) 302,75€ acrescidos de IVA (a instalação elétrica) e 1.505,00€ acrescidos de IVA (a caldeira de aquecimento).

Presentes informações internas da DQV-Divisão de Qualidade de Vida e do GMPC-Gabinete Municipal de Proteção Civil sobre o pedido e a ocorrência que o motivou.

Presente informação jurídica n.º I/294/2019-FO, de 06-02-2019, na qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas, e se conclui:

- 1) Pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar o lesado, já falecido, na pessoa de sua filha, Maria Isabel Oliveira Morais Roldão, pelos danos causados pelas floreiras no portão da garagem, que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.
- 2) Pela inexistência de elementos probatórios que permitam sustentar a existência de nexos de causalidade adequada entre o dever omitido pelo Município de remoção das floreiras do espaço público e os demais danos na porta de alumínio, na instalação elétrica da moradia e na caldeira de aquecimento reclamados pelo lesado.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/294/2019 - FO, que fica anexa à presente ata (**Anexo 1**) e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar a requerente, filha do lesado já falecido, Maria Isabel Oliveira Morais Roldão, do presente projeto de decisão de indeferimento parcial do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação, para dizer por escrito, o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 votos contra das Sr.ªs Vereadoras da CDU.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho proferiu a seguinte declaração de voto:

“Informo que não votei contra a audiência prévia, votei contra a pretensão de indeferimento que é a base da audiência prévia.”

A Sr.ª Vereadora Lara Lino subscreveu esta declaração de voto.

A Sr.ª Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:

“O que veio a esta deliberação é conceder o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação, para dizer por escrito o que se lhe oferecer, nos termos dos artigos do CPA aqui referidos.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

E nada mais havendo a tratar, a Sr.ª Presidente encerrou a reunião eram 19:40 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,